

V.3 - Meio Socioeconômico

O presente estudo apresenta o diagnóstico socioeconômico do Projeto das Obras de Regularização do Cais, Aterro e Dragagem do Canal de Acesso, localizado no bairro do Caju, município do Rio de Janeiro, de responsabilidade da BRIC BRAZILIAN INTERMODAL COMPLEX S/A (Briclog).

V.3.1 - Metodologia

Como instrumento metodológico de análise para a AI foi utilizada a divisão geográfica administrativa do município do Rio de Janeiro, considerando a 1ª RA – Zona Portuária, como eixo norteador para a coleta de dados e posterior construção dos cenários históricos de ocupação e situação atual da Área de Influência. Para os aspectos econômicos (empregos, renda, mercado formal, dentre outros) foi considerado como AI o município do Rio de Janeiro.

Os dados que subsidiaram a análise foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto Pereira Passos, na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE, no DATASUS, em trabalhos acadêmicos de instituições de pesquisa e Estudos Ambientais recentes disponibilizados em documentos e/ou meio eletrônico relacionados à área de estudo.

A Instrução Técnica DILAM/CEAN nº 05/2011 abrange os seguintes temas: (i) formas de ocupação e uso do solo na área de influência (direta e indireta) do projeto; (ii) dinâmica populacional na Área de Influência (direta e indireta); (iii) análise de renda, pobreza da população; (iv) Empregos diretos (com qualificação) e indiretos a serem gerados pelo empreendimento; (v) Levantamento das atividades pesqueiras desenvolvidas na área de influência direta do projeto indicando os períodos e as interações com ênfase em áreas de desova, migração, espécies endêmicas e ameaçadas de extinção; (vi) Levantamento das atividades turísticas, de lazer e comerciais na área de influencia do projeto (vii) situação atual em relação ao uso de cessão de área; e (viii) e caracterização e avaliação

da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, conforme determina a Portaria nº 230, de 17/12/2002 do IPHAN.

Cabe destacar que o tema (iv) Empregos diretos (com qualificação) e indiretos a serem gerados pelo empreendimento foi contemplado no item II – Caracterização do Empreendimento.

V.3.2 - Uso e Ocupação do Solo

a) Divisão Administrativa do Município do Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro, que constitui a Área de Influência Indireta do estudo, é dividido em cinco Áreas de Planejamento, 33 Regiões Administrativas, e 160 bairros (Quadro V.3-1).

Quadro V.3-1 - Divisão administrativa do Município do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento / Regiões Administrativas	Bairros
Área de Planejamento 1	
I Portuária	Saúde; Gamboa; Santo Cristo; Caju
II Centro	Centro
III Rio Comprido	Catumbi; Rio Comprido; Cidade Nova; Estácio
VII São Cristóvão	Imperial de São Cristóvão; Mangueira; Benfica; Vasco da Gama
XXI Paquetá	Paquetá
XXIII Santa Teresa	Santa Teresa
Área de Planejamento 2	
IV Botafogo	Flamengo; Glória; Laranjeiras; Catete; Cosme Velho; Botafogo; Humaitá; Urca
V Copacabana	Leme; Copacabana
VI Lagoa	Ipanema; Leblon; Lagoa; Jardim Botânico; Gávea; Vidigal; São Conrado
VIII Tijuca	Praça Da Bandeira; Tijuca; Alto Da Boa Vista
IX Vila Isabel	Maracanã; Vila Isabel; Andaraí; Grajaú
XXVII Rocinha	Rocinha

Área de Planejamento 3	
X Ramos	Manguinhos; Bonsucesso; Ramos; Olaria
XI Penha	Penha; Penha Circular; Brás de Pina
XXXI Vigário Geral	Cordovil; Parada de Lucas; Vigário Geral; Jardim America
XII Inhaúma	Higienópolis; Maria da Graça; Del Castilho; Inhaúma; Engenho da Rainha; Tomas Coelho
XIII Méier	Jacaré; São Francisco Xavier; Rocha; Riachuelo; Sampaio; Engenho Novo; Lins de Vasconcelos; Méier; Todos os Santos Cachambi; Engenho de Dentro; Água Santa; Encantado; Piedade; Abolição; Pilares
XIV Irajá	Vila Cosmos; Vicente de Carvalho; Vila da Penha; Vista Alegre; Irajá; Colégio
XV Madureira	Campinho; Quintino Bocaiúva; Cavalcanti; Engenheiro Leal; Cascadura; Madureira; Vaz Lobo; Turiaçu; Rocha Miranda; Honório Gurgel; Osvaldo Cruz; Bento Ribeiro; Marechal Hermes
XX Ilha do Governador	Ribeira; Zumbi; Cacuia; Pitangueiras; Praia da Bandeira; Cocotá; Bancários; Freguesia; Jardim Guanabara; Jardim Carioca; Tauá; Moneró; Portuguesa; Galeão; Cidade Universitária
XXII Anchieta	Guadalupe; Anchieta; Parque Anchieta; Ricardo Albuquerque;
XXV Pavuna	Coelho Neto; Acari; Barros Filho; Costa Barros; Pavuna; Parque Columbia
XXVIII Jacarezinho	Jacarezinho
XXIX Complexo do Alemão	Complexo do Alemão
XXX Maré	Maré
Área de Planejamento 4	
XVI Jacarepaguá	Jacarepaguá; Anil; Gardênia Azul; Curicica; Freguesia; Pechincha; Taquara; Tanque; Praça Seca; Vila Valqueire
XXIV Barra da Tijuca	Joá; Itanhangá; Barra da Tijuca; Camorim; Vargem Pequena; Vargem Grande; Recreio dos Bandeirantes; Grumari
XXXIV Cidade de Deus	Cidade de Deus

Área de Planejamento 5	
XVII Bangu	Padre Miguel; Bangu; Senador Camará; Gericinó
XVIII Campo Grande	Santíssimo; Campo Grande; Senador Vasconcelos; Inhoaiba; Cosmos
XIX Santa Cruz	Paciência; Santa Cruz
XXVI Guaratiba	Sepetiba; Guaratiba; Barra de Guaratiba; Pedra de Guaratiba
XXXIII Realengo	Deodoro; Vila Militar; Campo dos Afonsos; Jardim Sulacap; Magalhães Bastos; Realengo

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

O município conta com 19 Subprefeituras, atendendo áreas de complexidade urbana e demográfica diversas, comportando uma ou mais Regiões Administrativas (RA).

A Subprefeitura do Centro é a gestora dos órgãos municipais executivos na Área de Planejamento 1 (AP1), onde está inserida a 1ª RA – Zona Portuária, constituída pelos bairros Santo Cristo, Saúde e Gamboa e Caju, sendo este último o local do empreendimento e, portanto, sua Área de Influência Direta.

b) Uso e Ocupação da Área de Influência Indireta: Cidade do Rio de Janeiro

Com 1.201,3 km², a cidade apresenta características essencialmente urbanas e extensa zona litorânea, o que justifica o seu potencial turístico, um dos mais importantes do país. O trecho costeiro caracteriza-se pela presença de extensas restingas, isolando antigos braços do mar, que hoje formam lagunas e baixadas. Esse aspecto caracteriza a cidade do Rio de Janeiro cuja paisagem reúne montanhas e rochedos à beira-mar, restingas, lagoas e zonas planas, outrora ocupadas por pântanos ou pelo mar. O Pão de Açúcar e o Corcovado, que se tornaram típicos cartões-postais da cidade do Rio de Janeiro, são representativos dessa região, assim como as lagoas Rodrigo de Freitas e Jacarepaguá; e as restingas de Ipanema, do Leblon e da Marambaia.

Geograficamente, o município é dividido em quatro grandes regiões — Centro; Zona Sul; Zona Norte; Zona Oeste —, cuja diversidade socioeconômica

está intimamente ligada ao processo histórico de uso e ocupação do solo e suas características geográficas:

Região Central: é o centro histórico, administrativo e financeiro da cidade do Rio de Janeiro. Encontram-se nesta área a maioria dos prédios administrativos do governo estadual e municipal, o porto e várias sedes de grandes empresas, assim como imensos edifícios-garagem. O centro tem seu quadrilátero mais valorizado na região entre a Av. Nilo Peçanha e a Rua do Ouvidor, onde se situam os edifícios mais valorizados para escritórios, assim como para atividade comercial. É de se destacar a recente valorização de áreas da região portuária em função do Projeto Porto Maravilha. A zona do Comércio Popular, o "Saara", conta com grandes lojas e restaurantes tradicionais, mantendo permanente afluxo populacional.

Zona Norte: é uma área bastante heterogênea, onde coexistem bairros com trechos bastante valorizados como a Tijuca (Figura V.3-1) e o Alto da Boa Vista, bairros com intenso comércio popular como Madureira, Penha e Méier; bairros residenciais, com comércio local, como Quintino Bocaiúva, Brás de Pina e Água Santa; bairros industriais como Bonsucesso, Manguinhos, Pavuna, Ramos, Jardim América e Parque Colúmbia e bairros com população de baixa renda como Jacarezinho, Colégio, Mangueira, Manguinhos, Maré, Parque Colúmbia, Costa Barros, Barros Filho, Acari, Parada de Lucas, Vigário Geral e Cordovil.

Por sua heterogeneidade, a zona norte é subdividida em cinco sub-regiões: Tijuca, Ilha do Governador, bairros do Subúrbio da Leopoldina, Subúrbio da Central e Irajá/Pavuna.

Situam-se nessa área da cidade grandes equipamentos como o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, na Ilha do Governador, e o Ceasa, no bairro de Irajá, maior abastecedor de hortifrutigranjeiros da cidade, dentre outros.

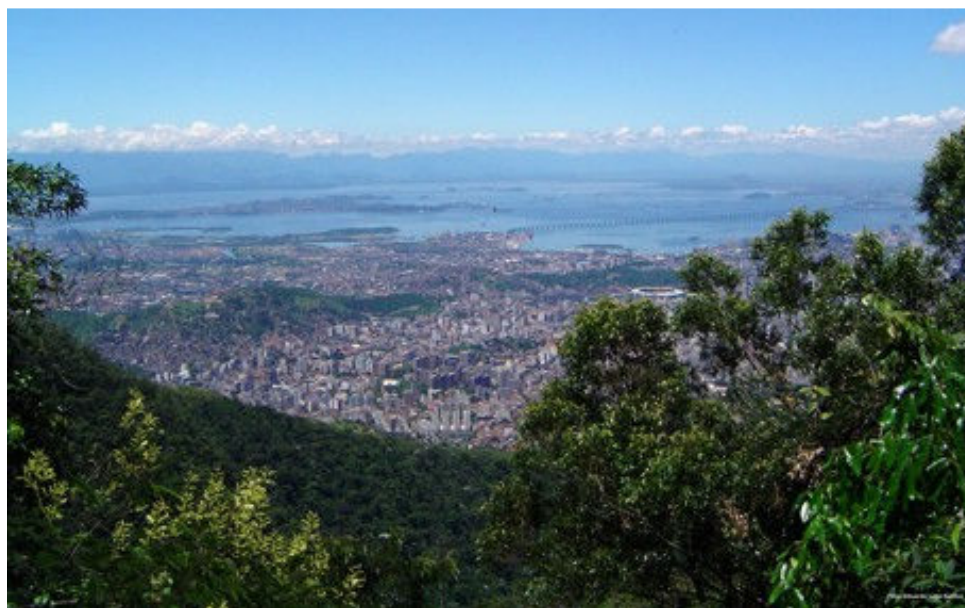


Figura V.3-1 – Vista da Floresta da Tijuca (Foto - Eduardo Lage Santoe).

Zona Oeste: concentrada a oeste do Maciço da Tijuca, ocupa mais da metade do município. Trata-se da área de expansão da cidade e vetor de ocupação, em especial na Vertente Sul, entre o Maciço e o mar, tendo como pólo atrator a Barra da Tijuca, bairro residencial de classe alta e média-alta e que recebe um grande número de novos empreendimentos imobiliários, incluindo grandes hipermercados, shoppings e sedes de grandes empresas. Caracteriza-se por ser um dos bairros que mais cresce na cidade e onde foi construída a Vila Panamericana para os Jogos Panamericanos de 2007, sendo previstas a implantação e a readequação de várias instalações esportivas para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, assim como para o alojamento dos atletas. O mesmo processo de crescimento se verifica, em menor escala, nos bairros do Recreio e de Jacarepaguá. Algumas áreas dessa região, como o Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá, foram projetadas no Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, o que condicionou a criação de grandes vias e a atração de grandes empresas inclusive do mercado imobiliário.

Ao norte do Maciço da Pedra Branca situa-se o bairro de Campo Grande que, em 2008, foi o terceiro bairro com maior quantidade de lançamentos imobiliários na cidade, ultrapassando o Recreio dos Bandeirantes. Em Santa Cruz situam-se a Base Aérea de Santa Cruz e distritos industriais, onde se localizam grandes

empreendimentos como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), dentre outros.

Zona Sul: é a região localizada entre o Maciço da Tijuca, o Oceano Atlântico e a Baía de Guanabara. É composta, sobretudo, por bairros que se localizam na orla atlântica, como São Conrado, Vidigal, Leblon, Ipanema, Copacabana e Leme. Os bairros Botafogo, Flamengo, Urca e Glória situam-se na orla da Baía de Guanabara, além de Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Humaitá, Cosme Velho, Catete e Laranjeiras, que são bairros interiores.

Nessa região encontram-se as principais praias e hotéis da cidade, além da Lagoa Rodrigo de Freitas, parte do Parque Nacional da Tijuca, os morros do Pão de Açúcar e do Corcovado onde se localiza a estátua do Cristo Redentor (Figura V.3-2).

A Zona Sul e sua faixa litorânea mescla o uso residencial com o uso comercial e de serviços. Nela coexistem áreas com altos índices de cobertura de saneamento básico, de escolaridade, de acesso a bens culturais e infraestrutura ao lado de aglomerados urbanos desprovidos de infraestrutura e serviços sociais básicos, onde reside população de baixa renda.



Figura V.3-2 – Cristo Redentor e ao fundo, o Pão de Açúcar (Foto - Pedro Kirilos).

A ausência histórica de universalização dos serviços básicos e sociais agravou a inadequação no uso e ocupação do solo da cidade com forte impacto ambiental. A ocupação desordenada provocou um grave problema com reflexos significativos sobre os recursos naturais ameaçando, inclusive, a atividade turística relacionada à qualidade ambiental das áreas litorâneas.

No padrão de urbanização do município, duas características se associam ao modo predominante de ocupar a cidade, apresentando componentes de "insustentabilidade" vinculados aos processos de expansão e transformação urbana e proporcionando baixa qualidade de vida a parcelas significativas da população.

Esse padrão cria um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto, a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais. A transformação urbana desses espaços implica processos amplos que extrapolam as práticas correntes de regularização de parcelamentos ou urbanização de favelas. Como resultado deste

padrão o município apresenta expressivo traço de desigualdade entre suas regiões.

Com as reformas Pereira Passos no início do século XX, levas de migrantes e moradores expulsos dos cortiços no centro da cidade, foram ocupando as áreas periféricas, ao longo das vias de acesso e posteriormente os morros cariocas do centro.

A favelização acompanhou o movimento de ocupação em todo o território. Dados de 2000 indicam que no município existem 516 favelas e 907 loteamentos irregulares. A população em favelas estimada residente no período era, nesta data, de 1.092.476 pessoas.

De acordo com o primeiro monitoramento de expansão das favelas da cidade realizado no estudo Análise do Crescimento Horizontal das Favelas do Município do Rio de Janeiro para o Sistema FIRJAN, ação prevista no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, as favelas do Município do Rio de Janeiro cresceram 250.279m² entre os anos de 2002 e 2007. Metodologicamente a área foi dividida entre as zonas Sul, Norte e Central e a Baixada de Jacarepaguá e contemplou 219 favelas. Dos 25 hectares de expansão das favelas, o maior crescimento ocorreu na Baixada de Jacarepaguá, que registrou aumento de 204.358,3 m². Na Zona Sul, onde a expansão foi bem menos significativa, alcançando 5.100 m², as favelas que mais cresceram foram: Fazenda Catete, Morro Santa Marta (Figura V.3-3), Morro dos Cabritos e Unidos Santa Tereza (FIRJAN, 2003a).



Figura V.3-3 - Favela Dona Marta (Foto - Rafael Oliveira).

Os problemas ambientais urbanos dizem respeito tanto aos processos de construção da cidade quanto às condições de vida urbana e aos aspectos culturais que revelam os modos de vida e as relações sociais que dela decorrem.

Nas parcelas informais da cidade, onde se situam os assentamentos populares e a ocupação desordenada, a combinação dos processos de ocupação do espaço com as condições precárias de vida urbana gera problemas socioambientais e situações de risco, que afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública: desastres provocados por erosão, enchentes, deslizamentos; destruição indiscriminada de florestas e áreas protegidas; contaminação do lençol freático ou das represas de abastecimento de água; epidemias e doenças provocadas por umidade e falta de ventilação nas moradias improvisadas, ou por esgoto e águas servidas que correm a céu aberto, dentre outros (GROSTEIN, 2001).

c) Uso e Ocupação da 1ª RA – Zona Portuária

A função portuária, que caracterizou a Baía de Guanabara desde o primeiro século de ocupação, foi responsável pela perda, por aterro, de um extenso e sinuoso trecho do litoral, de mais de 5 km de extensão, onde outrora se sucediam

enseadas, pontões, praias, ilhas e falésias. Com os aterros e obras desapareceram a Prainha, o Valongo, o Valonguinho, o Saco do Alferes, o Saco da Gamboa, a Praia Formosa, as Ilhas dos Melões, das Moças e do Ferreiro, além de vários monumentos históricos.

Em 1903, o Governo federal comprou a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, então pertencente ao Engenheiro Paulo de Frontin que, em 1890, recebera concessão para a construção de um cais de atracação com 3.500 metros de extensão, nos bairros da Saúde e Gamboa, para grandes navios. Um primeiro trecho do cais do porto, denominado Cais da Gamboa foi iniciado em 1904 e concluído em 1906, sendo outro trecho de 2.500 metros de extensão, entre a Praça Mauá e o canal do Mangue, concluído somente em 1910. Nesse trecho foram aterrados 175.000m², que se somariam a aterros anteriores. A partir do aterro foi construída a Av. Rodrigues Alves e instalados 18 armazéns internos, 96 armazéns externos, voltados para a importação e exportação, além de 90 guindastes elétricos. Em 1907, é aprovada a extensão do cais do porto entre o canal do Mangue e o Caju, sendo as obras iniciadas em 1924 e concluídas em 1932. Em complementação ao sistema portuário, construiu-se de 1949 a 1952, mediante aterro, o Píer da Praça Mauá e em 1962 foi construído o cais do Caju, ou cais dos Minérios, um prolongamento sobre o aterro da Ponta do Caju, sob a Ponte Rio-Niterói, esta construída de 1968 a 1974.

Nos anos 1990 foi implantada a RJ-071 - Via Expressa Presidente João Goulart, popularmente conhecida como Linha Vermelha. Sua inauguração foi feita em duas etapas: a primeira, em 30 de abril de 1992, em um trecho de aproximadamente 7 km entre o bairro de São Cristóvão e a Ilha do Fundão. Em 11 de setembro de 1994, o segundo trecho de 14 km, entre a Ilha do Fundão e a Rodovia Presidente Dutra foi aberto ao trânsito. Com total de 21,9 km, atravessa diversos bairros, sendo que 1,9 km de sua extensão cortam o bairro do Caju.

Os fatores históricos, políticos e econômicos que condicionaram o processo de uso e ocupação do solo da região se fazem sentir até hoje na ordenação do cenário atual.

A área portuária do Rio de Janeiro passou por um processo de degradação que teve seu início ainda na década de 1960 quando, à semelhança das áreas

portuárias de outras cidades, iniciou-se um processo de obsolescência em decorrência de mudanças tecnológicas no carregamento, transporte e armazenamento dos produtos (contêineres), seu transporte, embarque etc. Essas mudanças transformaram também o mercado de trabalho com a diminuição do número de empregados nos portos. Além disso, ocorreram também mudanças na matriz de transporte que implicaram em alterações no espaço urbano com a construção de grandes avenidas recortando toda a área. Esses fatores, entre outros, contribuíram para a decadência da área do porto.

A região perde parte significativa de sua expressão econômica e várias de suas áreas tornam-se progressivamente degradadas, acarretando um êxodo econômico, e gerando desocupação e subutilização de imóveis.

Atualmente a área se caracteriza por espaços ocupados por armazéns vazios, galpões e linhas ferroviárias de acesso ao porto desativados ou subutilizados, ruas quase sem calçadas, moradias em estado precário, iluminação pública deficiente, grandes avenidas com tráfego pesado e desconexão econômica e social com o restante da Cidade.

Apenas a presença de serviços diversificados ao longo das vias de velocidade rápida, destacando-se as empresas responsáveis pela exportação e armazenamento de produtos, confere dinamismo à 1ª RA. O comércio se localiza ao longo das vias que cortam os centros dos bairros, e nas vias que possuem fluxo intenso de veículos, sendo recorrente o uso residencial, especialmente por população de baixa renda.

O uso industrial é reduzido especialmente quando comparado com décadas anteriores quando o setor leste da baía se caracterizava como zona predominantemente industrial.

Nas últimas décadas a região portuária não contou com o aporte do Estado ou de investimentos privados para o suprimento da infraestrutura e de serviços urbanos básicos que se faziam necessários. A qualidade ambiental é resultado desse processo que foi profundamente condicionado pelas características de metropolização da cidade e involução urbanística da região.

Apesar da ampla cobertura da rede geral de esgotos nos domicílios, a falta do seu tratamento e a inadequada disposição final dos resíduos sólidos são as

principais causas da poluição dos cursos d'água. Consequentemente, a região apresenta um comprometimento na qualidade da água pelo material associado a estes dejetos (micro-organismos e nutrientes principalmente).

O Quadro V.3-2 apresenta as classes de uso do solo e cobertura vegetal na Zona Portuária, destacando-se a baixa proporção de áreas naturais, restritas ao bairro Caju.

Quadro V.3-2 – Classe de uso do solo e cobertura vegetal (ha) em 2001.

Bairros	Área (ha)	Total Natural	Naturais									
			Floresta	Floresta Alterada	Mangue	Apicum	Restinga	Área úmida com Vegetação	Águas Interiores	Afloramento Rochoso	Ambientes Estuarinos	Praia e Areal
Saúde	36,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gamboa	111,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Cristo	168,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caju	534,75	13,80	-	9,54	-	-	-	-	4,26	-	-	-
RA I - Portuária	850,89	13,80	-	9,54	-	-	-	-	4,26	-	-	0,00
Rio de Janeiro	122.456,04	36.567,0	16.202,9	8.967,6	2.425,42	1.067,49	756,80	3.587,7	2.162,29	588,96	340,54	467,2

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMA).

O Quadro V.3-3 apresenta as áreas antropizadas na 1ª RA Portuária e nos bairros, permitindo verificar que as áreas urbanas são exclusivas nos bairros Saúde, Santo Cristo e Gamboa. No Caju a área urbana corresponde a 77% do total da área antropizada do bairro, sendo o restante constituído por campo antrópico (17%) e solo não classificado (6%).

Quadro V.3-3 – Áreas Antropizadas em 2001.

Bairros	Área urbana (ha)	Área urbana não consolidada	Vegetação em Parques Públicos	Campo Antrópico	Cultura e Paisagem	Solo não classificado	Total Antropizada
Saúde	36,38	-	-	-	-	-	36,38
Gamboa	111,29	-	-	-	-	-	111,29
Santo Cristo	168,47	-	-	-	-	-	168,47
Caju	401,16	-	-	87,76	-	32,02	520,95
RA I - Portuária		-	-	87,76	-	32,02	837,09
MRJ	85.887,40	9755,05	209,64	26391,87	4972,72	2535,09	85.887,40

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMA).

d) Uso e Ocupação da Área de Influência Direta: Bairro do Caju

O Caju foi constituído no século XIX a partir de sucessivas intervenções que criaram formas espaciais associadas, inicialmente, ao uso de lazer de uma classe social economicamente privilegiada e, posteriormente, a usos fabris, industriais e de moradia de população de baixa renda envolvida na prestação de serviços de baixa qualificação ao setor industrial.

A ocupação popular se intensificou no início do século XX em decorrência das reformas urbanas do centro da cidade (Reforma Pereira Passos), quando vários cortiços foram demolidos e a população pobre foi deslocada para as encostas de morros, na zona portuária e no Caju, sobretudo os morros da Saúde e da Providência. Tais povoamentos cresceram de maneira desordenada, dando início ao processo de favelização.

O forte processo de industrialização que ocorreu no país a partir da década de 1950, impulsionado pelo papel ativo do Estado, provocou intensa migração do campo para a cidade. Os migrantes que chegavam ao bairro foram absorvidos inicialmente pela construção civil, especialmente no período da instalação dos grandes estaleiros, como Caneco e Ishikawagima, que existiram no bairro até meados de 1990. Com a desaceleração da atividade portuária este contingente

populacional ficou à margem do processo produtivo formal, aumentando a massa de desempregados ou subempregados do Rio de Janeiro.

Em função do processo de ocupação grande parte do bairro apresenta situação ambiental crítica. Os barracos multiplicaram-se, e o desmatamento para a construção afetou as nascentes de água. Lixo e dejetos passaram a ter os cursos d' água como destinação final, uma vez que a favela veio se constituindo cada vez mais como alternativa de moradia para a população pobre, atraída em função da oferta de emprego na pequena indústria, no comércio e, principalmente, na construção civil.

No bairro, as favelas se misturam com estruturas industriais semi-abandonadas, fábricas desativadas, instalações portuárias, depósitos de contêineres, cemitério, depósito de lixo, entre outras formas de ocupação.

Com uma área de 668,72 m² localiza-se no bairro o cemitério São Francisco Xavier, conhecido como Cemitério do Caju. A época de sua construção, ele ficava de frente para a Praia de São Cristóvão, descaracterizada por sucessivos aterros. Imóveis vizinhos foram adquiridos de forma a aumentar o terreno, e até um morro da zona norte da cidade foi usado para aterrar a área pantanosa numa reforma que visava transformar o cemitério para o uso público. Há também uma área reservada aos padres católicos da cidade denominada de Cemitério de São Pedro, datada de 1866. Mais tarde, este último foi desmembrado em dois: o Cemitério da Venerável Ordem Terceira da Penitência, em 1858, e o da Venerável Ordem Terceira do Carmo, de 1859. Nas fontes consultadas há menção ao chorume advindo dos cinco cemitérios localizados no bairro.

A Área de Influência Direta se caracteriza como área de moradia de população de baixa renda, pela ausência de infraestrutura, e consequente degradação ambiental.

O tráfego pesado, constituído por carretas que transportam diariamente grandes quantidades de contêineres pelas poucas e precárias ruas do bairro, contribui para a poluição sonora e visual. Nos acessos viários e ruas internas, com maior densidade na comunidade Quinta do Caju, situada no entorno do empreendimento, ocorre movimentação de carretas que aguardam o momento de

ingressarem no Porto do Rio de Janeiro, ou saindo dos inúmeros depósitos de containers da região (NACIF *et al.*, 2009).

Atualmente, verificam-se quatro grandes grupos de uso no bairro Caju: cerca de 30% é constituído por favelas, 30% por cemitérios, 30% por estaleiros, Arsenal de Guerra, Aeronáutica, Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA, Companhia Docas do Rio de Janeiro – DOCAS, Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, dentre outros, e 10% por espaços públicos e moradias de classe média baixa.

Entre as favelas que compõem o bairro destaca-se, pela proximidade com o empreendimento, a comunidade Quinta do Caju, que atualmente ocupa uma área de 56.725,59 m².

A ocupação da Quinta do Caju se iniciou, segundo Bernardes (1958), no século XIX com a chegada de pescadores portugueses que se instalaram na praia e no morro do Caju, sendo a ocupação autorizada, como sublinha a autora: "no morro, onde o governo permitia a instalação de pequenas casas, em princípio provisórias, (onde) multiplicaram-se as novas moradias" (Bernardes, 1958, p. 59).

A construção de uma linha férrea auxiliar para a construção da adutora entre o Caju e as represas do Rio d'Ouro, na Baixada Fluminense, originou, em 1915, a instalação de uma fábrica de trens no local onde atualmente se situa o Parque de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro. Esse fato foi indutor de novo ciclo de ocupação da comunidade. Entre os anos 1930 e 1940, quando a fábrica faliu, a União passa a ter o controle da área.

Entre 1994 e 2000 o Programa Favela-Bairro é implantado na Quinta do Caju dando início ao processo de regularização dos lotes, o cadastramento dos moradores, um censo local e várias obras. Os moradores das antigas palafitas à beira do Porto do Caju foram removidos para prédios populares erguidos nas proximidades.

De acordo com dados fornecidos pelo Programa Favela Bairro, a concepção do trabalho de regularização fundiária na Quinta do Caju foi iniciada em 1994 pela Prefeitura e entre os anos de 2003 e 2004 foi efetivamente implementado. Na época, por se tratar de terras da União, a Prefeitura começou a promover gestões junto a Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio de Janeiro para

formalização do contrato de cessão sob regime de aforamento. Com o programa a área foi dotada de infraestrutura urbana, a comunidade foi contemplada com creche e fábrica de gelo e a sede da colônia de pescadores foi reformada (ANDRADE, 2006).

O processo foi iniciado após a aprovação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro da lei proposta pela Prefeitura reconhecendo a Quinta do Caju como Área de Especial Interesse Social (AEIS), isto é, uma área definida com padrões especiais de urbanização para execução de projetos voltados para população de baixa renda.

Em sequência a área foi incluída no programa do Ministério das Cidades, denominado Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável - Papel Passado, coordenado pela Secretaria Nacional de Programa Urbano do Ministério das Cidades e executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento. O programa federal permitiu o registro da área em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União, favorecendo a individualização dos títulos dos lotes e sua transferência aos moradores.

Nessa primeira transferência da propriedade aos moradores não foi cobrado laudêmio, e eles foram isentos do Imposto sobre a Transmissão de Imóveis, bem como das custas para registro em cartório.

A regularização da Quinta do Caju constitui o primeiro caso no Brasil em que uma favela recebeu um título definitivo de propriedade e que teve sua regularização fundiária concluída. No que toca às ações de regularização fundiária, permaneceram 843 famílias que já estavam no local. Foram entregues 96 títulos de propriedade e, até o mês de janeiro de 2005, registrados em Cartório 36 títulos (LARANJEIRA, 2006) (Figura V.3-4).

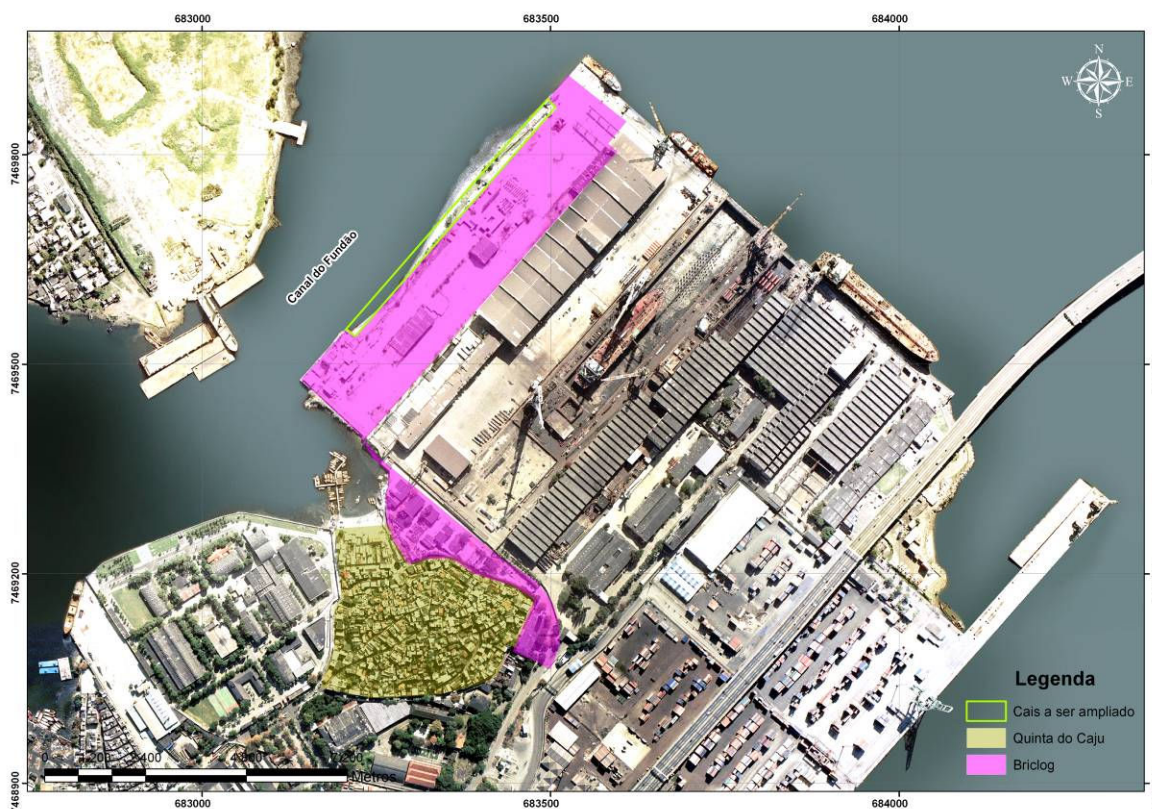


Figura V.3-4 – Briclog e Comunidade Quinta do Caju.

A Quinta do Caju conta com elevatória de esgoto direcionado para a ETE Alegria, um terminal pesqueiro, além da Sermetal Estaleiros S.A. (antigo Ishibrás) que opera com serviços de construção naval. Os pescadores deslocam-se para Paquetá, Ilha do Governador e Praia de Botafogo. A Cooperativa e a Colônia de Pescadores funcionam no mesmo local.

e) Sistema Viário.

A constituição do sistema viário da cidade foi importante indutor do processo de uso e ocupação do solo atraindo novos moradores para o seu entorno e criando novas zonas de adensamento populacional. Entre as principais vias que servem às Áreas de Influência, destacam-se:

Avenida Brasil: a mais antiga via expressa do Rio, com cerca de 60 km de extensão, liga o centro da cidade ao bairro de Santa Cruz na zona Oeste. Possui corredor expresso, exclusivo para ônibus, junto à mureta que divide as pistas centrais de subida e descida, que são vias expressas. Na avenida não se pode

parar no trajeto ou sair do corredor antes do final da via, e ao longo de sua extensão existem acessos para as rodovias Rio-Santos, Via Dutra, BR-116 (Belo Horizonte e Salvador), para a Ilha do Governador, Linha Vermelha e Linha Amarela.

No complexo de vias expressas elevadas ou não no bairro do Caju, encontram-se saídas para a Ponte Rio-Niterói, o Elevado da Perimetral, a Linha Vermelha, o Elevado Paulo de Frontin e o Túnel Rebouças.

Avenida Rio de Janeiro ou elevado da Perimetral: no seu início, no encontro do complexo viário expresso, no bairro do Caju, possui acesso direto à Ponte Rio-Niterói, ao elevado da Perimetral, ao elevado Paulo de Frontin que dá acesso ao túnel Rebouças e a Zona Sul pela Lagoa Rodrigo de Freitas, seguindo para a Gávea, Leblon, Ipanema ou Corte do Cantagalo à Copacabana.

Linha Vermelha (RJ-071 – Via Expressa João Goulart): inicia-se na via Dutra na altura do Km 4, bairro da Pavuna, e dá acesso a outros municípios, bairros e rodovias como São João de Meriti, Duque de Caxias, Vigário Geral, Parada de Lucas, rodovia Rio–Petrópolis (BR-116) que dá acesso a Belo Horizonte, região Nordeste, aos bairros da Ilha do governador, Ramos, Bonsucesso, Caju e São Cristóvão.

No Caju faz interligação com o complexo viário expresso, que acessa a Ponte Rio-Niterói, o elevado da Perimetral, o Aterro do Flamengo. Este faz ligação com a Zona Sul da cidade.

Linha Amarela (Avenida Governador Carlos Lacerda): inicia-se na altura da Ilha do Fundão -, na Linha Vermelha, cruza e acessa a Av. Brasil, e termina na zona Oeste na Barra da Tijuca. Ao longo de seu trajeto atende bairros da Zona Norte como Engenho de Dentro, Madureira, Méier, Del Castilho e adjacências.

Aterro do Flamengo: inicia-se no centro da cidade, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, margeia bairros do Centro, Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras e termina em Botafogo com acesso a Copacabana.

Elevado Paulo de Frontin: importante via de ligação entre o centro e a Zona Sul da cidade, inicia nas proximidades da Praça da Bandeira, próximo ao Maracanã, na descida do viaduto dos Marinheiros, estando integrado e interligado ao sistema viário expresso, ligando-se à Linha Vermelha.

A implantação destas vias teve grande influência na configuração da 1ª RA – Zona Portuária, onde se encontra a Área de Influência Direta deste estudo.

V.3.3 - Dinâmica Populacional

População Total e por Sexo

Em 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Quadro V.3-4), reside no município do Rio de Janeiro um contingente de 6.289.473 habitantes, e a Região Portuária e o bairro do Caju tem uma população de 48.664 e 20.477 residentes, respectivamente. A população do município do Rio de Janeiro caracteriza-se pela residência exclusivamente urbana.

No que se refere à composição da população por sexo predomina a população feminina sobre a masculina, característica comum às áreas urbanizadas no país. Constitui-se em exceção o bairro da Saúde onde o contingente feminino é inferior ao masculino, representando 49,5% do total.

Quadro V.3-4 – População por Sexo – 2010.

Município, Zona Portuária e Bairros	Total	Homens		Mulheres	
		Nº	%º	Nº	%º
Gamboa	13.108	6.428	49,0	6.680	51,0
Santo Cristo	12.330	5.847	47,4	6.483	52,6
Caju	20.477	9.772	47,7	10.705	52,3
Saúde	2.749	1.388	50,5	1.361	49,5
1ª RA	48.664	23.435	48,2	25.229	51,8
Rio de Janeiro	6.320.446	2.959.817	46,8	3.360.629	53,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010.

Pirâmide Etária

Comparando a distribuição da população por faixas etárias na cidade do Rio de Janeiro com a apresentada pela 1ª RA – Zona Portuária verifica-se que a cidade apresenta uma estrutura populacional mais idosa. Na cidade, o contingente mais jovem da população (até 14 anos) corresponde a 19,4%, a população em idade considerada ativa (15 a 64 anos) representa 70,1%, e a população com idade superior a 65 anos abrange 10,5%. Na Zona Portuária esses segmentos correspondem, respectivamente, a 22,9%, 69,6% e 7,4%.

A Figura V.3-5 permite a visualização da distribuição da população da cidade e da Zona Portuária por faixas etárias evidenciando a estrutura mais jovem da população na 1ª RA, especialmente no segmento entre 20 a 34 anos.

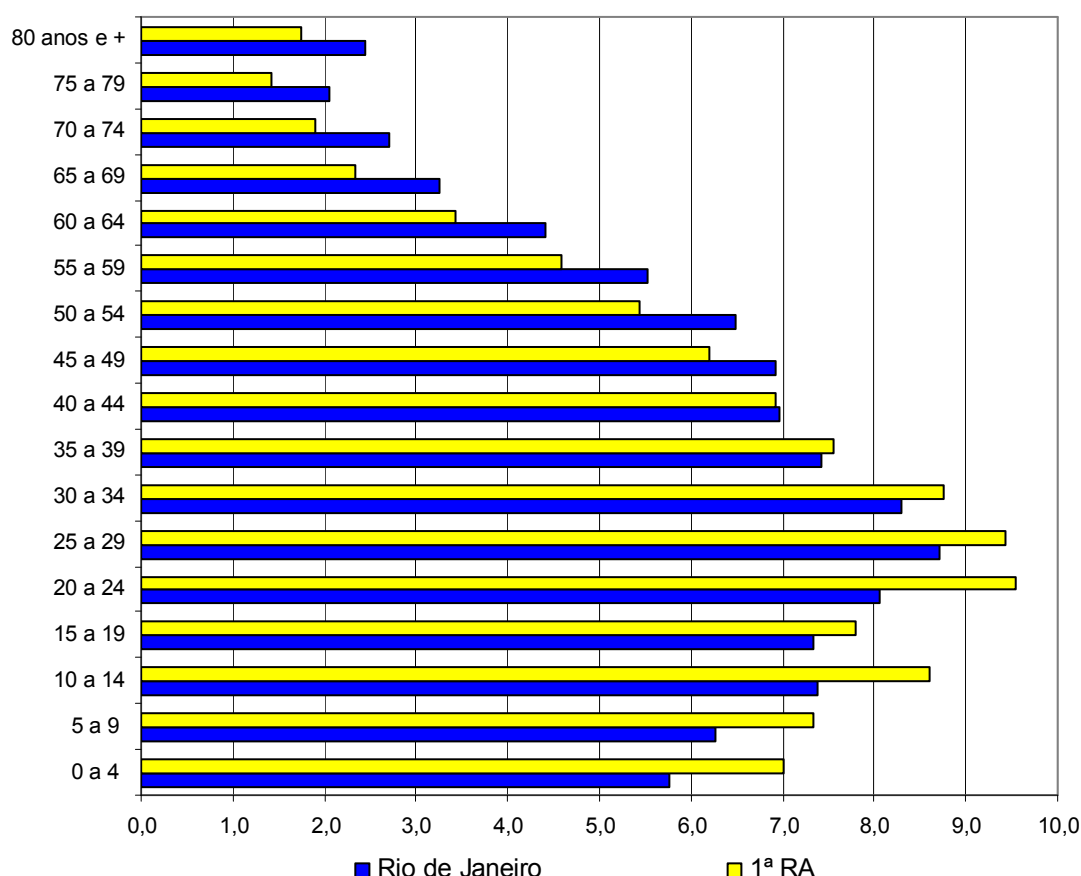


Figura V.3-5 – Faixa Etária da População do Rio de Janeiro e 1ª RA – 2010.

Entre os bairros da Zona Portuária não existe uma distribuição homogênea no que se refere à estrutura etária da população. Os bairros da Gamboa e Caju se caracterizam por uma estrutura populacional jovem, Saúde apresenta uma estrutura mais idosa e Santo Cristo situa-se em uma situação intermediária. É de se destacar que Saúde apresenta uma estrutura mais idosa do que a encontrada na cidade do Rio de Janeiro, conforme pode ser verificado no Quadro V.3-5.

Quadro V.3-5 – População por Faixas Etárias Seleccionadas (%) – 2010.

Município, Zona Portuária e Bairros	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
Gamboa	23,3	70,0	6,7
Santo Cristo	20,7	70,7	8,6
Caju	24,9	68,3	6,8
Saúde	17,4	72,8	9,8
1ª RA	22,9	69,6	7,4
Rio de Janeiro	19,4	70,1	10,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010.

A Figura V.3-6 permite a visualização da distribuição populacional por faixas etárias nos bairros da Zona Portuária.

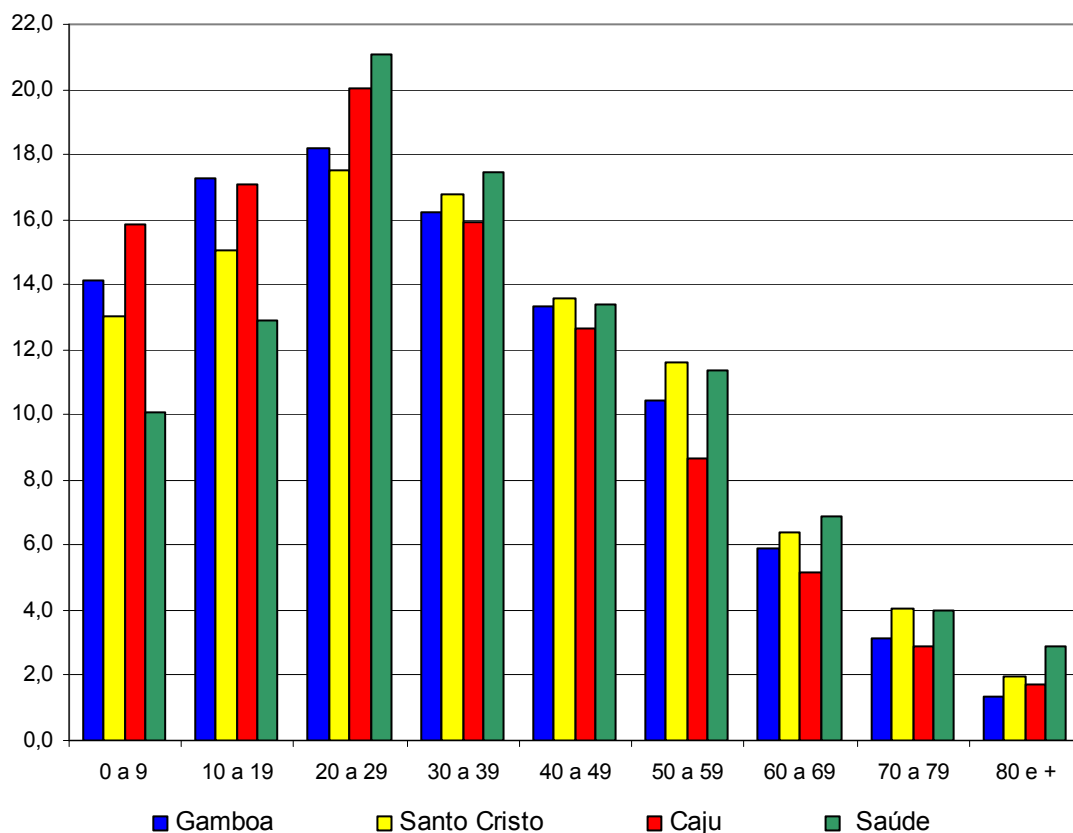


Figura V.3-6 – Faixa Etária da População dos bairros da 1ª RA – 2010.

Crescimento Populacional

Nos últimos 20 anos (1991/2010), o percentual de crescimento da população do município do Rio de Janeiro e da Zona Portuária foi significativo com incrementos da ordem de 15,3% e 10,4%, respectivamente (Quadro V.3-6).

É de se destacar, no entanto, que se o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro nos períodos de 1991/2000 e 2000/2010 foi similar, o da Zona Portuária apresentou grande disparidade - enquanto entre 1991 e 2000 ocorreu perda de população, da ordem de 9%, na última década (2000/2010) houve um expressivo crescimento da sua população (22%).

Quadro V.3-6 – Crescimento Populacional do Município do Rio de Janeiro, 1ª RA e bairros.

Bairros, RA, município	1991	2000	2010	Crescimento (%)		
				1991/2000	2000/2010	1991/2010
Gamboa	11.507	10.490	13.108	-8,8	25,0	13,9
Santo Cristo	12.340	9.618	12.330	-22,1	28,2	-0,1
Caju	17.636	17.679	20.477	0,2	15,8	16,1
Saúde	2.602	2.186	2.749	-16,0	25,8	5,6
1ª RA	44.085	39.973	48.664	-9,3	21,7	10,4
Rio de Janeiro	5.480.778	5.857.904	6.320.446	6,9	7,9	15,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010.

O crescimento populacional dos bairros da Zona Portuária também apresentou variações significativas (Figura V.3-7).

O Caju, que se destaca como o bairro de maior porte populacional, foi o único com crescimento constante de população nos últimos vinte anos. Apesar disso, na década de 2000 foi o bairro com o menor percentual de crescimento da população (16%).

Santo Cristo destaca-se como o bairro onde se verificou o maior decréscimo populacional nos anos 1990 (22%) e o maior crescimento em 2000 (28%) situando-se Saúde, bairro de menor porte populacional da 1ª RA, com o segundo maior decréscimo populacional no primeiro período (16%) e o segundo maior crescimento na década de 2000 (26%). Essa situação condicionou, nos dois bairros, a manutenção, em 2010, de contingentes populacionais similares aos de 1991.

A Gamboa, por sua vez, manteve-se em uma situação intermediária no que se refere ao decréscimo populacional (1991/2000) e crescimento da sua população (2000/2010), apresentando um crescimento populacional da ordem de 14% no período 1991/2010.

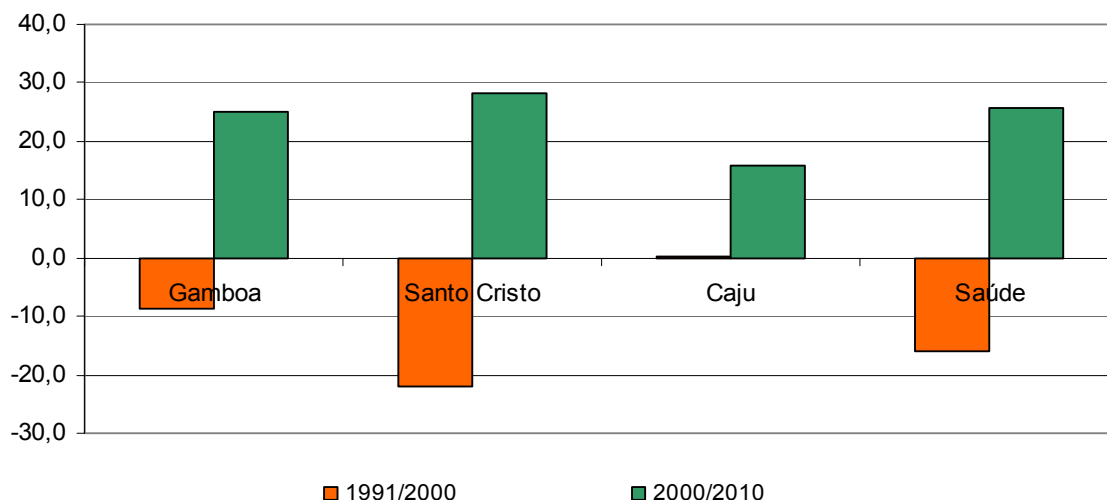


Figura V.3-7 – Taxas de Crescimento Populacional nos bairros da 1ª RA – 2010.

Conclui-se, portanto, que a Zona Portuária reverteu, no período recente, o processo de esvaziamento populacional que a caracterizava. Isso pode, em parte, ser explicado pelos investimentos públicos em andamento e pelos planos, programas e projetos que estão sendo dirigidos à região, identificados no capítulo IV deste estudo.

V.3.4 - Qualidade de Vida da População

Indicadores de Escolaridade e Rede de Ensino

A escolaridade é um dos indicadores que interfere diretamente na qualidade de vida da população por associar-se diretamente às possibilidades de colocação no mercado de trabalho e, portanto, na renda da população. No atual debate nacional sobre as perspectivas de desenvolvimento, a questão da escolaridade tem sido crítica já que as evidências revelam uma escolaridade muito baixa especialmente quando comparada a de outros países com desenvolvimento socioeconômico similar.

Foram adotados no estudo como indicadores para a análise da escolaridade as taxas de analfabetismo e os anos de estudo da população.

A taxa de analfabetismo é conceituada no Índice de Desenvolvimento Humano como o percentual de pessoas de quinze anos e mais incapazes de ler ou escrever um bilhete simples, e foi obtida, em 1991, a partir da percentagem das pessoas enquadradas na categoria “sem instrução” sobre o número total de pessoas com 15 anos e mais de idade. Para o Censo de 2000, o IBGE divulgou a taxa de analfabetismo já calculada para cada faixa etária.

As taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar, segundo conclusão do “Mapa do Analfabetismo” (INEP, 2003). Nos domicílios que possuem renda superior a dez salários mínimos, o índice é de apenas 1,4%, enquanto nas famílias que possuem renda inferior a um salário mínimo o índice alcança 29%.

A taxa de analfabetismo da população com quinze anos e mais de idade na cidade do Rio de Janeiro era de 6,1% em 1991, decrescendo para 4,4% em 2000. Na Zona Portuária essas taxas eram bastante superiores, sendo, respectivamente, de 10,8% e 7,4%.

É importante observar que foi verificada, no período, redução das taxas de analfabetismo em todas as faixas etárias na cidade e na Zona Portuária, sendo exceção a população com idade entre 15 a 17 anos nos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo (Quadro V.3-7).

Quadro V.3-7 – Percentual de analfabetos por faixas etárias da população com 15 anos e mais no Município, Zona Portuária e seus bairros- 1991 e 2000.

Bairros, Zona Portuária e Município	Taxas de Analfabetismo por Faixas Etárias (%)							
	15 e +		15 a 17		18 a 24		25 e +	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Caju	16,6	9,6	8,8	0,8	6,6	2,3	19,9	12,3
Saúde, Gamboa, Santo Cristo	7,1	5,8	2,6	2,8	4,8	2,9	8,0	6,7
1ª RA – Zona Portuária	10,8	7,4	5,3	1,9	5,5	2,7	12,4	9,1
Rio de Janeiro	6,1	4,4	2,5	1,1	3,1	1,7	6,6	4,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Para a identificação da escolaridade da população do município do Rio de Janeiro foi adotado como indicador a média de anos de estudo da população com idade igual ou superior a 25 anos (em 2000) em comparação com os demais municípios do Estado (Quadro V.3-8).

A população de com idade igual ou superior a 25 anos residente na cidade do Rio de Janeiro apresentava, em 2000, uma média de 8,4 anos de estudo, classificando-se como o segundo município no ranking estadual no que se refere ao indicador.

Apesar dessa posição privilegiada verifica-se que o nível de escolaridade da população adulta na cidade é bastante limitado já que atualmente é exigida como escolaridade mínima, para a grande maioria dos postos de trabalho no mercado formal, 11 anos de estudo completos, equivalente a conclusão do ensino médio.

Quadro V.3-8 – Média de Anos de Estudo da População com 25 anos e mais de idade – 10 Melhores e Piores municípios no Estado do Rio de Janeiro.

Melhores			Piores		
Município	Média anos de estudo	Ranking	Município	Média anos de estudo	Ranking
Niterói	9,7	1°	Tanguá	4,4	82°
Rio de Janeiro	8,4	2°	Duas Barras.	4,4	83°
Nilópolis	7,4	3°	Varre-Sai	4,3	84°
Volta Redonda	7,4	4°	Silva Jardim	4,3	85°
Resende	7,1	5°	Trajano de Moraes	4,1	86°
Macaé	6,9	6°	S.J. Vale Rio Preto	4,1	87°
São Gonçalo	6,7	7°	Cardoso Moreira	3,9	88°
Iguaba Grande	6,6	8°	São José de Ubá	3,8	89°
Maricá	6,6	9°	Sumidouro	3,6	90°
Mangaratiba	6,6	10°	S. Fco de Itabapoana	3,3	91°

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tomando-se como referência a média de anos de estudo da população total residente, em 2000, no município do Rio de Janeiro, na Área de Planejamento 1, integrada pelas Regiões Administrativas Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Paquetá, e Santa Teresa, e nos bairros da Zona Portuária verifica-se

que a situação de escolaridade da população residente nessa última é bastante crítica no que se refere ao indicador (Quadro V.3-9).

Quadro V.3-9 – Média de Anos de Estudo da População total no município, na AP, na Zona Portuária e bairros - 2000.

Município, Área de Planejamento 1, Zona Portuários e bairros .	Média de Anos de Estudo		
	Total	Homens	Mulheres
Município do Rio de Janeiro	8,29	8,68	7,81
Área de Planejamento 1	7,78	8,04	7,38
Zona Portuária	5,97	6,34	5,35
Saúde	7,80	8,34	6,85
Gamboa	6,13	6,59	5,38
Santo Cristo	6,78	7,33	6,01
Caju	5,14	5,40	4,62

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A Área de Planejamento 1 (AP1) da cidade tem escolaridade da população total, masculina e feminina inferior a da cidade, e os bairros da Zona Portuária, com exceção da Saúde apresentam desempenho inferior em relação ao da AP1. A pior situação é encontrada no Caju, local de concentração de residência de população de baixa renda, com valores que não ultrapassam 5,5 anos de estudo. Em todos esses segmentos a escolaridade da população masculina é superior à encontrada entre a população feminina.

As taxas de escolaridade estão diretamente relacionadas à disponibilidade de serviços educacionais oferecidos à população.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, em 2009, o município do Rio de Janeiro contava com 1.061 Escolas de Ensino Fundamental, das quais a rede da RA I – Zona Portuária representava 1% (Quadro V.3-10).

Quadro V.3-10 – Matrículas e número de escolas da rede municipal de ensino no município, na Zona Portuária e bairros - 2006 a 2009.

Bairros/Região Administrativa	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	Matrículas	Nº Escolas	Matrículas	Nº Escolas	Matrículas	Nº Escolas	Matrículas	Nº Escolas
Gamboa	230	1	221	1	230	1	246	1
Santo Cristo	1.675	3	1.545	3	1.547	3	1.537	3
Saúde	1.706	1	1.676	2	878	1	819	1
Caju	3.271	5	3.332	5	3.296	5	3.323	5
RA I - Portuária	6.882	10	6.774	11	5.951	10	5.925	10
Rio de Janeiro	726.323	1.055	746.141	1.054	698.940	1.056	675.512	1.061

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

O Sistema de Indicadores do Rio como Vamos (2010), movimento da sociedade civil que emite relatórios e acompanha os bairros do município do Rio de Janeiro, com base em dados do Censo Escolar do MEC e da PNAD aponta que em 2008 dois indicadores educacionais na Zona Portuária apresentavam índices precários - o abandono no ensino fundamental, com 5,4% dos alunos matriculados deixando a escola e a distorção idade-série no ensino médio (mais de dois anos de atraso), com 82,9%. O índice de distorção de idade no ensino fundamental também preocupa: 37,2% do conjunto de alunos.

Em 2009, dois colégios no Caju (Escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes e Ciep Henfil) foram incluídos no programa Escolas do Amanhã, da Secretaria de Educação. O objetivo do projeto, aplicado em áreas de risco, é atender às necessidades específicas dos alunos com desempenho escolar afetado pela violência e que, em muitos casos, abandonam a escola.

De responsabilidade do estado, a rede de ensino médio na área de influencia conta com três unidades que funcionam no período noturno: nos prédios das escolas municipais Vicente Licínio Cardoso, na Praça Mauá, e Benjamin Constant, no Santo Cristo, e no bairro do Caju, o Colégio Estadual Clóvis Salgado (RIO COMO VAMOS, 2010).

Indicadores e Rede de Saúde

Este item visa apresentar as condições de saúde da população, além do acesso aos serviços de saúde na área de influência do empreendimento.

É importante ressaltar as características sobre a qualidade da informação em saúde no Brasil. Foi a partir do processo de municipalização da saúde (Constituição Federal de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde – SUS), que os municípios começaram, por exigência do Ministério da Saúde, a construir seus bancos de dados.

Para que um município se habilite a qualquer tipo de gestão e possa receber o repasse direto de recursos do governo federal para o seu Fundo Municipal de Saúde, o Ministério da Saúde exige, além da constituição deste fundo, a criação de um Conselho Municipal de Saúde e a implantação de um Sistema de Vigilância Epidemiológica, que passa a centralizar a informação sobre as doenças de notificação compulsória e os dados de óbitos e de nascidos vivos no município.

Os municípios habilitados que deixarem de abastecer por três meses consecutivos o banco de dados estadual e do Ministério da Saúde, terão seus repasses de recursos financeiros suspensos, o que têm contribuído para uma melhora sensível na informação em saúde no país.

Mas este processo é moroso e, principalmente, os pequenos municípios brasileiros ainda encontram sérias dificuldades na operacionalização de seus bancos de dados. Outro fato que contribui para a precariedade da informação é, sem dúvida, o profissional de saúde, que ainda não incorporou como uma de suas obrigações de rotina o preenchimento do boletim individual de notificação (BIN), documento indispensável para o sistema de informação já implantado em quase todo o país.

Para a análise foram utilizados os dados de períodos diversos, disponibilizados pelo DATASUS e pelo Anuário Estatístico da Fundação CIDE, assim como pelo Armazém de Dados do IPP– RJ.

Os indicadores de saúde tradicionalmente utilizados (morbidade e mortalidade) são os principais elementos disponíveis para identificar doenças em uma população. Dos indicadores, os de mortalidade são os mais confiáveis, uma

vez que são facilmente colhidos a partir dos atestados de óbito dos cartórios de registro civil. Mesmo estas informações, contudo, muitas vezes deixam a desejar, pois ainda é muito grande o número de óbitos classificados como “causa desconhecida”, em função da falta de assistência médica no local de ocorrência do óbito ou mesmo da negligência do profissional de saúde ao preencher os atestados de óbito.

Estes indicadores foram agrupados por área de influência, de acordo com a metodologia usada neste estudo.

Área de Influência Indireta - Município do Rio de Janeiro

A rede de saúde do município do Rio de Janeiro, de acordo com listagem da SMSDC (2010), conta com 231 unidades divididas por tipo de atenção. Os postos de saúde distribuem-se por todos os bairros e os Programas Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de Saúde - PACS atendem especialmente comunidades de baixa renda assim como as Unidades de Pronto Atendimento – UPAS. (Quadro V.3-11).

Quadro V.3-11 – Rede Municipal de Saúde por tipo de equipamento no Município do Rio de Janeiro em 2010.

Tipo	Quantidade
Hospital Geral	17
Posto de Saúde	52
PSF (Posto Saúde da Família)	61
PACS (Agente Comunitário de Saúde)	20
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	18
CMS (Centro Municipal de Saúde)	20
Institutos de Psiquiatria	3
Hospital/maternidade	4
Casa de Parto	1
Maternidade	1
Tipo	Quantidade
Clinica do adolescente	1
Policlinicas	8
PAM	8

Instituto de Nutrição	1
Instituto da Mulher	1
Instituto Geriátrico	1
Instituto veterinário	1
Centro de Reabilitação	3
Clinica da família	5
UIS(Unidade Integrada de Saúde)	3
UPA	2
Total	231

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

Quanto aos leitos disponíveis, o município respondia por 47% do total do estado em 2008. Para uma população de 6.320.466 habitantes, o total de 26.444 leitos corresponde a 4,2 leitos por mil habitantes, abaixo do estimado pela OMS como adequado, que é de 5 leitos por mil habitantes.

Ressalte-se que a situação de assistência à saúde se agrava quando se verifica que do total de leitos disponibilizados, 39% pertencem à rede privada e/ou conveniada (Quadro V.3-12).

Quadro V.3-12 – Leitos existentes por esfera administrativa, segundo o Município e Estado do Rio de Janeiro em 2008.

Estado/município	Leitos existentes					
	Total	Total				
		Federal	Estadual	Municipal	Filantropico	Privado
Estado	56.756	5.306	5.122	10.154	9.662	26.512
Rio de Janeiro	26.444	4.927	3.271	4.536	3.577	10.133

Fonte: Fundação CIDE, 2009.

Ao analisar as principais causas de óbitos no município do Rio verifica-se a maior incidência em doenças do aparelho circulatório (31% do total) seguido de neoplasias (18%), doenças do aparelho respiratório (11%) e causas externas (10%), conforme pode ser verificado no Quadro V.3-13.

Quadro V.3-13 – Óbitos por grupo de causa no Município do Rio de Janeiro em 2008 (CID 10).

Causas	Nº
I. Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias	2.921
II. Neoplasias (Tumores)	8.673
III. Doenças Sangue Órgãos hemat e Transt Imunitár	292
IV. Doenças Endócrinas Nutricionais e Metabólicas	3.258
V. Transtornos Mentais e Comportamentais	525
VI. Doenças do Sistema Nervoso	1.185
VII. Doenças do olho e anexos	3
VIII. Doenças do Ouvido e da Apófise Mastóide	7
IX. Doenças do Aparelho Circulatório	15.897
X. Doenças do Aparelho Respiratório	5.466
XI. Doenças do Aparelho Digestivo	2.279
XII. Doenças da Pele e do Tecido Subcutâneo	189
XIII. Doenças Sist Osteomuscular e Tec Conjuntivo	223
XIV. Doenças do Aparelho Geniturinário	1.358
XV. Gravidez, Parto e Puerpério	31
XVI. Algumas Afec originadas no Período Perinatal	605
XVII. Malf Cong Deformid e Anomalias Cromossômicas	326
XVIII. Sint Sinais e Achad Anorm Ex Clín e Laborat	3.321
XX. Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	5.157
Total	51.716

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS (BRASIL, 2010).

Nota: CID-10 = Classificação Internacional de Doenças, versão 10.

Dentre as doenças com notificação obrigatória, e consideradas indicadores sociais de saúde, destaca-se a tuberculose com cerca de 50% do total do estado (Quadro V.3-14).

Quadro V.3-14 – Casos registrados das principais doenças notificadas segundo o Município e o Estado do Rio de Janeiro em 2008.

Estado/município	Casos registrados das principais doenças				
	Hanseníase	Leptospirose	Meningites em geral	Tuberculose	
				Município de Residência	Município de Notificação
Estado	2.310	659	877	14.506	14.518
Rio de Janeiro	766	118	368	7 359	7 973

Fonte: CIDE, 2009.

Ao se analisar a evolução dos quadros notificados de AIDS, no período de 2000 a 2008, observa-se tanto para o município do Rio de Janeiro quanto para o estado, índices decrescentes. É importante ressaltar que os serviços de saúde pública vieram ao longo do tempo aprimorando o atendimento, nos aspectos de prevenção e tratamento da AIDS sendo o Brasil considerado um dos melhores serviços mundiais nestas duas vertentes da assistência aos portadores da doença (Quadro V.3-15).

Quadro V.3-15 – Casos notificados de AIDS, por ano de diagnóstico, segundo o município e o Estado do Rio de Janeiro - 2000-2008.

Estado /município	Ano de Diagnóstico								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estado	3.889	3.899	3.725	3.567	3.509	2.896	2.400	1.923	483
Rio de Janeiro	2.089	1.913	1.820	1.631	1.746	1.295	1.090	860	203

Fonte: CIDE, 2009.

A epidemia de dengue segue um padrão de sazonalidade nacional, aumentando ao longo do primeiro semestre e declinando a partir do segundo. O vetor transmissor da doença é o *Aedes aegypti* e seus criadouros potenciais encontram-se nas coleções de águas limpas estagnadas, no ambiente doméstico em caixas e reservatórios de água abertos, vasos de flores contendo água e em depósitos de lixo com latas vazias, pneus abandonados, ou qualquer outro objeto que funcione como depósito de água. Apesar das inúmeras campanhas, a dengue

hoje se constitui um grave problema de saúde pública no Rio de Janeiro, o que pode ser demonstrado pelos números indicados no Quadro V.3-16.

Quadro V.3-16 – Casos notificados de dengue 2000-2009.

Município/estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
Estado	4 281	80 215	288 245	9 242	2 694	2 580	31 054	66 553	255 818	9 707
Rio de Janeiro	2 257	27 598	150 321	2 033	676	999	14 989	26 810	129 737	3 206

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil /RJ, 2010

Nota: Dados mensais sujeitos a revisão – SINAN/RJ. Atualizados até 02/07/2009.

Zona Portuária e Bairro do Caju

Formada pelos bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju e com uma população de 48 mil habitantes (2010), a Zona Portuária conta, na rede municipal, com o Posto Médico José Messias do Carmo e o Posto de Saúde da Família Fernando Antônio Braga Lopes.

O Posto de Saúde Fernando Antônio Braga Lopes, inaugurado em novembro de 2007, operacionaliza o Programa Saúde da Família e atende toda a Zona Portuária. Dentre as modalidades de atendimento fornecidas pelo SUS incluem-se serviços de enfermagem, médico generalista, pré-natal e puericultura.

São oferecidos, ainda:

- Programas de Saúde
 - Atendimento em Grupo para o Idoso;
 - Atividade em Grupo para Gestantes;
 - Imunização;
 - Programa de Saúde da Família.
- Serviços de apoio ao diagnóstico:
 - Curativo / Sala de Curativos;
 - Pólo de Odontologia;
 - Vacinação.

Na rede estadual, o Hospital Estadual de Anchieta, situado na Rua Carlos Seidl, no Bairro do Caju, conta com profissionais nas áreas de Cirurgia Dentária Traumatologista; Clínico Geral; Dentista; Clínico Geral; Médico Acupunturista; Médico em Medicina Intensiva; Médico em Radiologia; Médico Homeopata; Médico Ortopedista e Traumatologista; Médico Patologista Clínica; Médico Pediatra e Médico Sanitarista.

Esta unidade teve, em 2007, uma série de problemas nas instalações decorrentes de alagamentos. Após várias vistorias foi considerada fora de área de risco, constituindo-se na única unidade hospitalar da rede estadual na região.

Em 2008, um mutirão de médicos homeopatas, através da ONG Homeopatia Ação pelo Semelhante, realizou no Hospital Estadual Anchieta ação contra a dengue. O atendimento às crianças foi prestado por nove médicos voluntários que prescreveram remédios homeopáticos doados. As crianças medicadas com homeopatia continuaram recebendo o acompanhamento do médico homeopata funcionário do hospital, que obteve a autorização da direção do Hospital para a atuação da ONG (Figura V.3-8).



Figura V.3-8 – Hospital de Anchieta. Fonte: ONG Homeopatia Ação pelo Semelhante.

A rede filantrópica atua através do Hospital Nossa Senhora do Socorro, situado na Rua Manoel Gomes, 503 que integra a Santa Casa da Misericórdia. O hospital oferece serviços especializados em Geriatria e Gerontologia, com atendimento ambulatorial e internação, além de exames, tratamentos e atendimento universal pelo SUS ou particular. O Hospital conta com 62 leitos, distribuídos em 04 enfermarias e não possui centro cirúrgico.

Os casos de emergência são atendidos no Hospital Sousa Aguiar e no Hospital de Bonsucesso.

Até 2008 atuava, ainda, na rede estadual, o Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião. Há dois anos o instituto vem desenvolvendo precariamente suas funções no IASERJ e está prevista a sua remoção para uma enfermaria improvisada no Hospital dos Servidores do Estado (HSE).

O Sistema de Indicadores do Rio Como Vamos (RIO COMO VAMOS, 2010), a partir de dados do DATASUS, Secretaria Municipal de Saúde e IBGE, traduz em números alguns dos problemas da região.

Na saúde materno-infantil, a Zona Portuária apresenta situação precária em dois índices: internação por doenças diarreicas agudas (DDA) e por infecção respiratória aguda (IRA). No primeiro caso, são 47,5 internações para cada mil crianças até quatro anos e no caso da IRA, são 15,8 a cada mil na mesma faixa etária.

A situação não é melhor quando se analisa os indicadores de baixo peso ao nascer (10,39%); mães adolescentes (19,44%); curetagem pós-aborto (5,89 por mil); além de pré-natal insuficiente. Em todos os casos, na última década, o índice de óbitos é superior ao da média da cidade, (RIO COMO VAMOS, 2010).

Constatou-se que a ocorrência de doenças de veiculação hídrica na área de influência, faz parte do cotidiano das comunidades circundantes aos cursos d'água existentes. Este grupo é composto, principalmente, pelas doenças diarreicas, cólera, dengue e hepatite, além de doenças de pele, face à prevalência das precárias condições de saneamento básico. O cólera e as doenças diarreicas são transmitidas, normalmente, por ingestão de água contaminada por vômitos ou fezes de pacientes infectados, por alimentos contaminados por água, ou ainda por mãos sujas de doentes ou portadores. As doenças diarreicas configuram-se como

uma das principais causas de morte em crianças menores de cinco anos no Brasil, sendo consideradas causas evitáveis de morte.

A epidemia de dengue na região segue um padrão de sazonalidade nacional, com pico para o Município do Rio de Janeiro / ERJ em 2002, assim como para a Zona Portuária e o bairro do Caju (Quadro V.3-17).

Quadro V.3-17 – Casos de Dengue notificados na 1ª RA – Zona Portuária 1996-2006.

Município, RA e Bairro de Residência	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total Município RJ	4.102	1.024	13.477	4.132	2.257	27.598	150.321	2.033	676	999
I Portuária	158	67	173	52	22	461	2 183	34	17	15
Saúde	2	1	7	-	2	100	450	10	5	6
Gamboa	59	17	84	30	-	25	34	1	1	1
Santo Cristo	37	34	32	4	14	173	738	17	6	6
Município, RA e Bairro de Residência	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Caju	60	15	50	18	6	163	961	6	5	2

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

As hepatites são causadas por vírus que possuem tropismo primário pelo fígado. A hepatite do tipo A é transmitida de uma pessoa a outra, também por alimentos contaminados, mas, principalmente, por água contaminada, portanto, de veiculação hídrica.

A infecção humana pela leptospira resulta da exposição direta ou indireta à urina de animais infectados. Em áreas urbanas, o contato com águas e lama contaminados demonstra a importância do elo hídrico na transmissão da doença ao homem, pois a leptospira dela depende para sobreviver e alcançar o hospedeiro. Os roedores albergam a leptospira nos rins eliminando-a na água, no solo e em alimentos.

Além da distribuição espacial da doença concentrar-se em áreas urbanas inundáveis e litorâneas, observa-se também uma clara sazonalidade com uma concentração de casos nas épocas de maior pluviosidade, principalmente no

verão austral. Estas doenças atuam como indicadores das precárias condições de saneamento existentes na área de estudo (Quadro V.3-18).

Quadro V.3-18 – Casos de leptospirose notificados na Zona Portuária e bairros 1996-2006.

Município, RA e Bairro de Residência	Casos de leptospirose										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Município	1 790	124	272	100	86	88	98	117	92	108	103
I Portuária	131	2	4	6	3	2	5	1	-	-	2
Saúde	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-
Gamboa	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Santo Cristo	17	-	-	3	1	1	1	1	-	-	1
Caju	112	2	4	3	1	1	2	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Quanto aos índices de mortalidade infantil, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC, 2010), aponta em 2006, nas comunidades do bairro do Caju, ao lado de sete outras localidades de baixa renda, uma taxa de mortalidade infantil de 28,4 por mil nascidos vivos (Quadro V.3-19).

Quadro V.3-19 – Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) nas comunidades do bairro do Caju em 2006.

Infantil (2006)	28,40
Neonatal Precoce (2006)	19,80
Neonatal Tardia (2006)	2,84
Pós-neonatal (2006)	5,68

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Em pesquisa de campo realizada no ano de 2007, os principais problemas de saúde identificados na Comunidade Quinta do Caju, (dados do Relatório Ambiental Simplificado do Programa de Revitalização, Urbanização e Recuperação dos Canais do Fundão e do Cunha) se referem às doenças

respiratórias, causadas por poluição do ar, pela presença de ferro gusa no pátio (na rua General Gurjão) que gera poeira que, ao ser inalada, solidifica as vias aéreas prejudicando os pulmões.

Indicadores de Pobreza e Renda da População

O Coeficiente de Gini é um indicador comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

No ano de 2000, entre os 91 municípios do Estado, o Rio de Janeiro classificava-se como o 3º de maior desigualdade de renda, com índice de Gini de 0,62. Nessa data, entre os municípios do estado, esses índices variavam entre, 0,46 em Carapebus, e 0,64, em Miguel Pereira.

Na Zona Portuária e em seus bairros os níveis de desigualdade de renda eram, em 2000, bastante baixos quando comparados ao da cidade, correspondendo a 0,46 em Santo Cristo, Gamboa e Saúde e a 0,44 no Caju.

Essa situação fica evidente quando se compara na cidade e nos bairros da Zona Portuária a renda média *per capita* dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média *per capita* dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Na cidade do Rio de Janeiro a razão entre essa distribuição, em 2000, foi de 26,9%, enquanto na Zona Portuária era de 10,4%. Entre os bairros da Zona Portuária destaca-se o Caju com a menor proporção (9,4%), conforme pode ser verificado no Quadro V.3-20.

Quadro V.3-20 – Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres e Índice de Gini - 2000.

Município/RA/bairros	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Índice de Gini
Rio de Janeiro	26,9	0,62
Zona Portuária	10,4	0,46
Caju	9,4	0,44
Santo Cristo	10,4	0,46
Gamboa	10,4	0,46
Saúde	10,4	0,46

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Cálculos e tabulação: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).

No Quadro V.3-21 são apresentados indicadores de desenvolvimento socioeconômico na Zona portuária em 2000, permitindo verificar que 59,4% da população tinha renda mensal *per capita* até R\$ 37,50 (linha de pobreza), que a renda *per capita* era bastante baixa - de R\$ 283,60 – enquanto no município do Rio de Janeiro era de R\$ 596,65, e que cerca de 16% da renda era proveniente de transferências governamentais.

Quadro V.3-21 – Indicadores Socioeconômicos na Zona Portuária – 2000 (%).

Índice GINI	0,46
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda	0,72
Intensidade da pobreza: linha de R\$ 37,50	59,39
Intensidade da pobreza: linha de R\$ 75,50	39,19
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 10% mais ricos da população	34,34
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 80% mais pobres da população	49,07
Percentual da renda proveniente de rendimento do trabalho	70,26
Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	3,03
Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico	973,3
Renda domiciliar per capita média do primeiro quinto mais pobre	56,33
Renda per Capita	283,60
Percentual da renda proveniente de rendimento de transferências governamentais	15,94

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Cálculos e tabulação: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).

Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é adotado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de mensurar a qualidade de vida em regiões ou países a partir de critérios mais abrangentes que o tradicional PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população a partir de três dimensões: educação, renda e saúde.

O IDH – Educação é elaborado a partir de dois indicadores: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta de frequência à escola, o IDH – Renda avalia a renda *per capita* e o IDH – Saúde a esperança de vida ao nascer.

O cálculo do IDH é obtido pela média aritmética simples dos três componentes, que passam a ser avaliados no intervalo de zero a um: quanto mais próximo o índice se situar do limite superior maior o desenvolvimento humano na região.

Em 1991 o valor do IDH para o Rio de Janeiro era de 0,798 ocupando a 5ª posição na ordenação das capitais brasileiras. O intervalo dos valores, em 1991, variava entre 0,717 (Fortaleza) e 0,824 (Porto Alegre).

Em 2000, o Rio de Janeiro passou a ocupar a 4ª posição com um IDH de 0,842. O intervalo entre o primeiro e o último colocado na classificação das grandes cidades diminuiu em 2000, variando entre 0,774 (Manaus) e 0,865 (Porto Alegre).

Na Zona Portuária, em 2000, o IDH foi inferior ao do município do Rio de Janeiro, correspondendo, respectivamente, de 0,775 e 0,842 (Quadro V.3-22).

Quadro V.3-22 – Indicadores e IDH - Município do Rio de Janeiro e Zona Portuária - 2000.

Indicadores e IDH	Rio de Janeiro	Zona Portuária
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,3	69,6
Taxa de alfabetização de adultos (%)	95,1	92,6
Taxa bruta de frequência escolar (%)	88,6	74,9
Renda <i>per capita</i> (em real 2000)	596,6	283,6
IDH–L saúde	0,754	0,743
IDH–E educação	0,933	0,867
IDH–R Índice de renda	0,840	0,716
IDH	0,842	0,775

Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O bairro do Caju, na década de 1990, apresentou evolução em todos os índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1991, o bairro ocupava a 117ª colocação dentre todos os bairros da cidade do Rio de Janeiro, alcançando a 111ª posição em 2000. Verificou-se, no período, uma evolução mais significativa no índice de educação, seguido pela saúde e renda, correspondendo, respectivamente a crescimentos da ordem de 10,2%, 9,9% e 8,8% (Quadro V.3-23).

Quadro V.3-23 – IDH bairro do Caju.

Ano	Saúde	Educação	Renda	IDH
1991	0,666	0,765	0,647	0,692
2000	0,732	0,843	0,685	0,753

Fonte: IPP - Armazém de Dados (2010b).

V.3.5 - Economia e Trabalho

Produto Interno Bruto

Dados do IBGE indicam que São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR) detinham, em 2007, entre os 5.564

municípios do país, os maiores produtos internos brutos municipais (PIB). A capital paulista responde pela maior fatia do PIB brasileiro, gerando 12% de toda riqueza produzida no País, seguida do Rio de Janeiro (5,2%); Brasília (3,8%); e Belo Horizonte e Curitiba (1,4%) (IBGE, 2009b).

O setor de serviços abarca a maior parcela do PIB na cidade do Rio de Janeiro seguido pela arrecadação de impostos, pela atividade industrial e pelo agronegócio. Beneficiando-se da antiga posição de capital federal ocupada por um longo período (1763-1960), a cidade transformou-se em dinâmico centro administrativo, financeiro, comercial e cultural. Em 2007, o PIB gerado pela cidade do Rio de Janeiro representou 47,03% do total do Estado.

O município do Rio de Janeiro congrega o segundo maior pólo industrial do Brasil, contando com refinarias de petróleo, indústrias navais, siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas, gás-químicas, têxteis, gráficas, editoriais, farmacêuticas, de bebidas, cimenteiras e moveleiras. No entanto, as últimas décadas atestaram uma nítida transformação em seu perfil econômico, que vem adquirindo, cada vez mais características de um grande pólo nacional de serviços e negócios.

O PIB e a participação por setores no município do Rio de Janeiro, assim como a proporção do PIB municipal em relação ao Estado do Rio de Janeiro e ao país são apresentados no Quadro V.3-24.

Quadro V.3-24 – PIB do Município do Rio de Janeiro em 2007.

PIB (em milhões de reais de 2007)	139.559
Participação do setor primário (em %)	0,04
Participação do setor secundário (em %)	12,85
Participação do setor terciário (em %)	87,11
PIB Município RJ/PIB Brasil 2007	5,24
Participação no PIB do Estado (em %)	47,03

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios.

Segundo a Prefeitura, em análise conjuntural realizada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que o controle da crise externa em 2009, aliado às políticas fiscais e monetárias mais

expansionistas, trouxe conseqüências na participação das cidades no PIB nacional.

No município do Rio de Janeiro, após apresentar retração no primeiro trimestre de 2009, o PIB voltou a crescer no segundo trimestre, com expansão de 1,9%.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o impacto acumulado das quedas no final de 2008 e início de 2009 fizeram com que o crescimento médio em 2009 para o município do Rio de Janeiro ficasse em torno de 0,6%, bastante inferior ao ritmo apresentado nos últimos anos, mas melhor quando comparado com outras cidades inclusive internacionais. Cabe aqui ressaltar que dentro de um cenário de baixo crescimento, o setor de serviços foi o mais importante para a economia carioca mantendo a mesma posição dos períodos anteriores.

O quadro a seguir resume as estimativas dos parâmetros macroeconômicos, elaborados pela prefeitura visando o exercício orçamentário de 2010 com base nas fontes citadas e nas estimativas orçamentárias para 2010, incluindo impostos taxas de juros e taxa de cambio para o período (Quadro V.3-25).

Quadro V.3-25 - Indicadores macroeconômicos do município do Rio de Janeiro.

Indicadores	2007	2008	2009(*)	2010 (*)
Crescimento do PIB	5,7	5,1	0,65	3,55
IGP-DI	7,89	9,10	1,35	4,50
Taxa de Juros SELIC	12,0	12,2%	9,8	9,0
Câmbio (R\$/US)	1,95	1,84	2,08	2,04

Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2009.

(*) Estimativa para o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010.

População economicamente ativa (PEA) e ocupação

A Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE indicou que, em abril de 2011, a População em Idade Ativa – PIA (pessoas com 10 anos e mais de idade) no município do Rio de Janeiro era de 5.536 mil pessoas. Do total da PIA, 51,7% encontravam-se ocupadas, 2,4% estavam desocupadas (pessoas que não tendo

ocupação haviam procurado alguma durante os últimos trinta dias anteriores a pesquisa) e 45,9% eram não economicamente ativas.

Entre a população ocupada nesta data há um predomínio da população masculina, de pessoas na faixa etária entre 25 a 49 anos e com 11 anos ou mais de estudo. Essa situação manteve-se de forma similar nos últimos três anos, conforme pode ser observado no Quadro V.3-26.

Quadro V.3-26 - População Ocupada no Município do Rio de Janeiro.

Mês de Abril	2009	2010	2011
Sexo			
Masculino	54,2	53,8	54,7
Feminino	45,8	46,2	45,3
Faixa Etária			
0 a 14 anos	0,2	0,2	0,1
15 a 17 anos	0,8	0,7	0,7
18 a 24 anos	11,4	10,3	11,0
25 a 49 anos	59,7	62,9	62,1
50 anos ou mais	27,9	26,0	26,0
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,1	1,2	1,4
1 a 3 anos	3,5	3,0	2,8
4 a 7 anos	14,6	12,8	12,5
8 a 10 anos	15,2	15,0	13,8
11 anos ou mais	65,0	68,0	69,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

A taxa de desocupação manteve-se estável entre março e abril de 2011, tendo decrescido 1% na comparação com o ano anterior (abril de 2010), conforme pode ser verificado no Quadro V.3-27.

Quadro V.3-27 - Taxas de atividade e desocupação no Município do Rio de Janeiro 2010/2011.

Taxas	Comparação março/abril 2011 (%)			Comparação 2010/2011 (Abril)	
	Março/11	Abril/2011	Var. (pp)	Abril/2010	Var. (pp)
Taxa de Atividade	55,6	54,2	-1,5	54,1	-0,1
Taxa de Desocupação	5,1	5,5	-0,6	4,5	-1,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

A análise da ocupação por setores de atividade indica que predomina amplamente no município a ocupação no terciário (serviços e comércio), correspondendo a aproximadamente 17% a população ocupada no setor secundário (indústria e construção) em abril de 2011. Essa distribuição é similar nos meses de abril de 2009, 2010 e 2011 (Quadro V.3-28).

Quadro V.3-28 – Ocupação (%) por Setores de atividade no Município do Rio de Janeiro.

Mês de Abril	2009	2010	2011
Setores de Atividade	População Ocupada (%)		
Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	10,8	10,6	11,0
Construção	5,3	6,0	5,8
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis	16,8	16,3	17,1
Mês de Abril	2009	2010	2011
Setores de Atividade	População Ocupada		
Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira	19,3	19,2	19,3
Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social	20,8	21,1	21,0
Serviços domésticos	6,6	5,8	5,2
Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais)	20,1	20,4	20,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

Entre os trabalhadores no setor privado predominavam, em abril de 2011, os que possuíam laços formais no mercado de trabalho (47,3%) sobre os que

não possuíam carteira assinada (8,8%). Nesta data cerca de 20% eram trabalhadores por conta própria, 10,8% militares e funcionários públicos e 4,5% eram empregadores. Comparando-se os meses de abril de 2010 e de 2011 verifica-se que houve crescimento na ocupação entre os trabalhadores do setor privado, sendo esse crescimento mais significativo entre os que mantêm vínculos formais, e decréscimo entre as outras categorias, especialmente entre os empregadores (Quadro V.3-29).

Quadro V.3-29 – Posição na Ocupação.

Mês de Abril	2010	2011
Posição na Ocupação	População Ocupada (%)	
Empregados COM carteira de trabalho assinada no setor privado	44,7	47,3
Empregados SEM carteira de trabalho assinada no setor privado	8,7	8,8
Militares ou Funcionários Públicos	11,2	10,8
Trabalhadores por conta própria	20,2	19,5
Empregador	5,4	4,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

O rendimento médio da população ocupada no município do Rio de Janeiro, em abril de 2011, foi de R\$2.064,20, variando entre R\$1.324,70 para os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada e R\$3.765,40 para militares e funcionários públicos estatutários. Na comparação entre os valores dos rendimentos ajustados nos meses de abril de 2010 e 2011, verifica-se que houve crescimento do rendimento médio em todas as categorias, sendo mais significativo no segmento militar e de funcionários públicos estatutários, conforme pode ser verificado Quadro V.3-30.

Quadro V.3-30 – Rendimento Médio Real.

Trabalhadores	Rendimento médio real - Abril 2011	Variação % Abril 2010/2011
População Ocupada	R\$ 2.064,20	3,9
Setor Privado (com carteira)	R\$ 1.773,90	2,1
Setor Privado (sem carteira)	R\$ 1.324,70	6,5
Militar e Func. Público Estatutário	R\$ 3.765,40	12,3
Conta Própria	R\$ 1.543,50	3,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

A avaliação do rendimento médio dos trabalhadores por setor de atividade indica, em abril de 2011, uma variação entre R\$613,10 para empregados domésticos e R\$2.828,10 para trabalhadores nos setores de educação, saúde e administração pública.

Na comparação anual do rendimento médio dos trabalhadores (abril 2010 e 2011) verificou-se um aumento significativo entre os trabalhadores do setor secundário: de 23,5% na indústria e de 19,9% na construção, e com menor expressão nas atividades de educação, saúde e administração pública (6,6%). Os trabalhadores domésticos e em outros serviços mantiveram suas rendas e comércio e serviços para empresas tiveram decréscimo nos rendimentos médios (Quadro V.3-31).

Quadro V.3-31 – Rendimento Médio Real no Município do Rio de Janeiro.

Grupamentos de Atividade	Rendimento médio real (R\$) (abril 2011)	Variação 2010/2011 (abril)
Indústria	2.431,90	23,5
Construção	1.628,30	19,9
Comércio	1.296,50	-6,7
Serviços para empresas	2.581,30	-5,1
Educação, saúde, administração pública	2.828,10	6,6
Serviços domésticos	613,10	1,7
Outros serviços	1.713,30	1,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME, maio de 2011.

Mercado Formal de Trabalho

A cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se como a principal geradora de empregos do estado do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2010, segundo dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (MTE) estava empregado no mercado formal de trabalho do município um contingente de 2,34 milhões de pessoas, o que correspondia a 57,6% do total das pessoas empregadas no estado. Destacam-se pela maior empregabilidade o setor de serviços, seguido pela administração pública e comércio. Em conjunto esses setores empregam 85% da população.

Segundo esses dados no ano de 2010 foram criados na cidade aproximadamente 117 mil novos postos formais de trabalho, correspondendo a 48,7% do total de empregos criados no Estado do Rio de Janeiro.

No município do Rio de Janeiro a melhor performance quanto a geração de empregos foi do setor de serviços com cerca de 68 mil novas vagas (58,4% do total), seguido pela Indústria de Transformação e pelo comércio que tiveram acréscimos de 26 mil e 20 mil novos postos de trabalho, responsáveis por 22% e 17% do total de empregos gerados no período.

Tanto no estado como no município do Rio de Janeiro todos os setores de atividade econômica, com exceção do extrativo mineral, apresentaram, no período, evolução positiva. Destaca-se que a retração de empregos no setor extrativo mineral foi mais significativa no município (-9,2%) do que no estado (-3,6%).

Esses dados são apresentados no **Quadro V.3-32**.

.Quadro V.3-32 – Distribuição do emprego no município do Rio de Janeiro (dez/2010) e variação do emprego por Setor de Atividade Econômica no município e Estado (dez/2009 e dez/2010)

Setor de Atividade Econômica	Município do Rio de Janeiro				Estado RJ	
	Empregos em 31/12/2010		Variação dezembro 2009 e 2010		Variação dezembro 2009 e 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Extrativa Mineral	8.431	0,4	-10.780	-9,2	-8.170	-3,6
Ind. Transformação	188.182	8,0	26.132	22,3	37.346	16,3
SIUP	37.228	1,6	4.033	3,4	5.695	2,5
Construção Civil	123.202	5,2	7.340	6,3	18.037	7,9
Comércio	390.620	16,6	20.649	17,6	53.577	23,4
Serviços	1.143.855	48,7	68.510	58,4	111.074	48,5
Adm. Pública	455.074	19,4	1.174	1,0	11.232	4,9
Agropecuária	2.019	0,1	220	0,2	32	0,0
Total	2.348.611	100,0	117.278	100,0	228.823	100,0

Fonte: RAIS/2010 - MTE

No que se refere à remuneração média dos empregos formais segundo os setores de atividade econômica destaca-se o setor extrativo mineral por oferecer os melhores salários médios, uma vez que nele estão incluídos serviços de mão de obra qualificada. Em seguida, vem o setor da administração pública, os serviços industriais de utilidade pública e a indústria de transformação. A agropecuária e o comércio varejista caracterizam-se pelos menores salários médios. A remuneração média da população empregada masculina é superior a da população feminina na maioria dos setores de atividade econômica, especialmente no setor secundário (extrativismo mineral e indústria da transformação), conforme pode ser observado no **Quadro V.3-33**.

Quadro V.3-33 – Remuneração Média por Setor de Atividade Econômica e por sexo no Município do Rio de Janeiro – 31 de dezembro de 2010.

Setor de Atividade Econômica	População Masculina	População Feminina	População Total
Extrativa Mineral	11.140,35	7.267,27	9.915,12
Indústria de Transformação	3.394,13	2.207,16	2.992,61
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.356,19	3.475,80	3.377,44
Construção Civil	1.801,72	2.043,87	1.825,20
Comércio	1.424,01	1.177,54	1.319,79
Serviços	2.167,20	1.864,95	2.041,32
Administração Pública	3.924,35	3.243,55	3.576,57
Agropecuária	1.008,09	1.258,99	1.033,72
Total	2.473,95	2.134,04	2.335,01

Fonte: RAIS/2010 - MTE

V.3.6 - Atividade Pesqueira

A atividade de coleta de mariscos, caranguejos, siris entre outras espécies é atividade tradicional na Baía de Guanabara, desenvolvida antes inclusive da chegada dos europeus ao país, fato atestado pelos inúmeros sambaquis registrados na área.

Durante todo o período colonial, a pesca e a coleta eram a base alimentar das comunidades estabelecidas no litoral, realizada tanto pelos indígenas como escravos, sendo desenvolvida por estes últimos como atividade marginal para abastecer a mesa dos senhores de engenho. Os indígenas praticavam a pesca de linha, e os europeus introduziram a rede, empregada inicialmente em praias, onde trabalhavam escravos e homens brancos assalariados.

No início do século XX, a introdução de novas artes de pesca marítima na Baía de Guanabara por portugueses e espanhóis, foi decisiva para o desenvolvimento da atividade. Técnicas como as redes de cerco e o arrasto de portas, aliada à abundância de pescado e à proximidade com o centro

consumidor foram fatores importantes para a criação de diversos núcleos pesqueiros, entre os quais se destaca o núcleo do Caju, área de influência direta do empreendimento.

Entre as pescarias realizadas pelos pescadores do Caju destacavam-se as de camarão e de sardinha. Segundo Bernardes (1958) foi registrada, em 1956, a venda significativa de 329.221.700 kg de camarão para o Centro do Rio de Janeiro, descontando-se o realizado diretamente aos comerciantes do mercado ou a outros fregueses.

O Caju destacava-se, ainda, como o principal ponto das traineiras da Baía de Guanabara dedicadas à pesca da sardinha. Com a criação do Entrepasto de Pesca da Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro, e as facilidades de implantação de fábricas de sardinha em conserva (a Rubi, em 1934, e a Coqueiro, em 1937) a pesca de traineiras se modernizou, passando por progressivas melhorias na motorização e equipamentos de apoio.

A esse momento de grande expansão da atividade pesqueira no Caju e na Baía de Guanabara se seguiu o decenso.

Segundo informações de dirigentes das entidades representativas dos pescadores do Caju - a Z-12 – Colônia de Pescadores, a Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia do Caju Ltda., e a Associação dos Pescadores da Quinta do Caju (Varal) - entrevistados em julho de 2011, a atividade da pesca que foi lucrativa até a década de 1990 atualmente está em declínio. Segundo esses interlocutores vários fatores condicionaram essa situação destacando-se, entre eles:

- a poluição das águas da Baía de Guanabara decorrente dos esgotos domiciliares e industriais e de acidentes com derrames de óleo acarretando a diminuição drástica do pescado;
- as áreas de exclusão de pesca em função dos diversos empreendimentos da Petrobras e de outras empresas na Baía de Guanabara, de áreas militares, em rotas de barcas, próximo aos pilares da Ponte Rio-Niterói; e sobre áreas por onde passem dutovias, diminuindo os espaços de atuação dos pescadores; A Capitania dos Portos é responsável pela

delimitação em Carta Náutica e, quando necessário, pela sinalização no mar;

- a demora na expedição de licenças para a captura da sardinha após o defeso da sardinha (que é de 01/11 a 15/02 e de 15/06 a 31/07) pelo Ministério da Aquicultura e Pesca;
- a desativação do Terminal Pesqueiro da Praça XV, em 1991, em função da Eco 92, dificultando a comercialização do pescado.

Segundo os representantes das instituições representativas da pesca do Caju, a captura do camarão não é mais realizada nas redondezas, em virtude das péssimas condições ambientais do Canal do Fundão, sendo o fundo da baía a área mais procurada, principalmente nas coroas e próximo ao boqueirão e à ilha de Paquetá.

As demais espécies mais capturadas pelos pescadores residentes no Caju são a sardinha, sendo a boca torta o tipo mais comum, e a savelha.

Em função do declínio da atividade pesqueira, é bastante reduzido o número de pescadores residentes no Caju, tendo sido estimados pelos dirigentes das entidades de pesca como cerca de 300 pescadores atualmente em atividade.

V.3.7 - Turismo, Lazer e Comércio

A Zona Portuária é constituída pelos bairros Caju, Saúde, Gamboa e Santo Cristo, sendo os três últimos contíguos à área central da cidade que é o centro histórico, administrativo, comercial e financeiro da cidade do Rio de Janeiro e onde se localizam a maioria dos prédios administrativos dos governos federal, estadual e municipal, sedes de grandes empresas, edifícios-garagem e unidades comerciais e de serviços de médio e grande porte.

Área de Influência Indireta

A identificação dos principais equipamentos comerciais, turísticos e de lazer foi realizada com base no estudo *Região Portuária: uma proposta de divisão em*

núcleos, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP, como subsídio ao Projeto Porto Maravilha.

No estudo é proposta uma regionalização da Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU da Região Portuária, integrada pelos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, além da Praça Mauá, dividindo-a em 11 núcleos homogêneos em função de suas características e potenciais de desenvolvimento. Essa regionalização é apresentada na Figura V.3-9.



Figura V.3-9 – Regionalização da AEIU da Região Portuária (CDURP, 2011).

Na Quadro V.3-34 são apresentados os equipamentos e atrativos turísticos e culturais da AEIU da Região Portuária, identificados, por núcleos.

Quadro V.3-34 – Equipamentos e atrativos turísticos nos Núcleos da Região Portuária.

Nome	Categoria	Núcleo
Mosteiro de São Bento	Igreja/Espaço Religioso	Praça Mauá
Edifício Touring Club	Interesse Arquitetônico	Praça Mauá
Distrito Naval	Interesse Arquitetônico	Praça Mauá
The Week	Casa Noturna	Praça Mauá
Galpão Ação da Cidadania	Centro Cultural	Praça Mauá
Escola do Olhar	Museu	Praça Mauá
Cais da Imperatriz	Monumento	Praça Mauá
Praça Mauá	Parque/Praça	Praça Mauá
Cais do Valongo e da Imperatriz	Sítio Histórico	Praça Mauá
Armazéns do Porto	Cinema/Teatro/Espetáculos	Praça Mauá

Quadro V.3-34 – Equipamentos e atrativos turísticos nos Núcleos da Região Portuária.

Nome	Categoria	Núcleo
Hotel São Bento	Hotel/Hospedagem	Praça Mauá
Hotel Barão de Tefé	Hotel/Hospedagem	Praça Mauá
Hotel Villa Regia	Hotel/Hospedagem	Praça Mauá
Edifício A Noite	Interesse Arquitetônico	Praça Mauá
Barão de Mauá	Monumento	Praça Mauá
Terminal Marítimo de Passageiros	Transportes	Praça Mauá
Praça dos Estivadores	Parque/Praça	Morro da Conceição
Antigo mictório público	Interesse Arquitetônico	Morro da Conceição
Observatório do Valongo	Interesse Arquitetônico	Morro da Conceição
Museu Cartográfico	Museu	Morro da Conceição
Trapiche Gamboa	Casa Noturna	Morro da Conceição
Mirante Morro da Conceição	Mirante	Morro da Conceição
Pedra do Sal	Sítio Histórico	Morro da Conceição
Angu do Gomes	Bar/Restaurante	Morro da Conceição
Imaculada	Bar/Restaurante	Morro da Conceição
Igreja de S. Francisco da Prainha	Igreja/Espaço Religioso	Morro da Conceição
Sá Cabral	Bar/Restaurante	Morro da Conceição
Largo São Francisco da Prainha	Parque/Praça	Morro da Conceição
Jardim Suspenso do Valongo	Sítio Histórico	Morro da Conceição
Fortaleza da Conceição	Interesse Arquitetônico	Morro da Conceição
Hotel Gallery	Hotel/Hospedagem	Morro da Conceição
Cabaret Kalesa	Casa Noturna	Morro da Conceição
Praça Leopoldo Martins	Parque/Praça	Morro da Conceição
Mirante do Valongo	Mirante	Morro da Conceição
Estátuas do Valongo	Monumento	Morro da Conceição
Imagem de N. Sra. da Conceição	Monumento	Morro da Conceição
Gracioso	Bar/Restaurante	Morro da Conceição
Palácio Duque de Caxias	Interesse Arquitetônico	Nova Rua Larga
Museu do Itamaraty	Museu	Nova Rua Larga
Centro Cultural Light	Centro Cultural	Nova Rua Larga
Colégio Pedro II	Interesse Arquitetônico	Nova Rua Larga
Banco Central	Interesse Arquitetônico	Nova Rua Larga
Beco das Sardinhas	Bar/Restaurante	Nova Rua Larga
Biblioteca da Marinha	Interesse Arquitetônico	Nova Rua Larga
Igreja de Santa Rita	Igreja/Espaço Religioso	Nova Rua Larga
Casa Paladino	Bar/Restaurante	Nova Rua Larga
Pantheon Caxias	Monumento	Nova Rua Larga
Metrô Presidente Vargas	Transportes	Nova Rua Larga
Metrô Uruguaiana	Transportes	Nova Rua Larga
Málaga	Bar/Restaurante	Nova Rua Larga
Casarão	Bar/Restaurante	Nova Rua Larga
Hotel Floriano Peixoto	Hotel / Hospedagem	Nova Rua Larga
IPHAN	Centro Cultural	Nova Rua Larga
Espaço Cultural Direitos da Mulher	Centro Cultural	Senador Pompeu
Centro Cultural Rodoviários do RJ	Centro Cultural	Senador Pompeu

Quadro V.3-34 – Equipamentos e atrativos turísticos nos Núcleos da Região Portuária.

Nome	Categoria	Núcleo
Sentai	Bar/Restaurante	Senador Pompeu
Hotel Amazonas	Hotel / Hospedagem	Senador Pompeu
Terminal Rod. Américo Fontenelle	Transportes	Senador Pompeu
Oratório da Providência	Igreja/Espaço Religioso	Morro Providência e Livramento
Mirante da Providência	Mirante	Morro Providência e Livramento
Escadaria Costa Barros	Sítio Histórico	Morro Providência e Livramento
Hotel Cruzeiro	Hotel/Hospedagem	Morro Providência e Livramento
Cia de Mistérios e Novidades	Cinema/Teatro/Espetáculos	Saúde
Batalhão da PM	Interesse Arquitetônico	Saúde
Igreja N.Sra. da Saúde	Igreja/Espaço Religioso	Saúde
Arco e Silo Moinho Fluminense	Interesse Arquitetônico	Saúde
Cemitério dos Pretos Novos	Sítio Histórico	Saúde
Praça da Harmonia	Parque/Praça	Saúde
Centro Cultural José Bonifácio	Centro Cultural	Gamboa
Vila Olímpica da Gamboa	Parque/Praça	Gamboa
Galpões Ferroviários	Sítio Histórico	Gamboa
Hospital N. Sra. da Saúde	Interesse Arquitetônico	Gamboa
Cidade do Samba	Centro Cultural	Gamboa
Cemitério dos Ingleses	Sítio Histórico	Gamboa
Galpão Gamboa (Marco Nanini)	Cinema/Teatro/Espetáculos	Gamboa
Capela N. Sra. Das Graças	Igreja/Espaço Religioso	Gamboa
Rodoviária Novo Rio	Transportes	Santo Cristo
Igreja Santo Cristo	Igreja/Espaço Religioso	Santo Cristo
Spetaculu	Cinema/Teatro / Espetáculos	Santo Cristo
Parque Machado de Assis	Parque/Praça	Morro do Pinto
Fábrica Bhering	Interesse Arquitetônico	Morro do Pinto
Igreja de N.S. de Montserrat	Igreja/Espaço Religioso	Morro do Pinto
Mirante Machado de Assis	Mirante	Morro do Pinto
Central Brasil/estação ferroviária	Transportes	Linha Férrea
Ter. Rodoviário Procópio Ferreira	Transportes	Linha Férrea
Edifício e Torre da Central do Brasil	Interesse Arquitetônico	Linha Férrea
Metrô Cidade Nova	Transportes	Linha Férrea
Metrô Central	Transportes	Linha Férrea
Zumbi dos Palmares	Monumento	Linha Férrea
Antiga Fábrica de Gás	Interesse Arquitetônico	Linha Férrea
Antiga Estação de Carris	Interesse Arquitetônico	Porto Olímpico
Estação Leopoldina	Interesse Arquitetônico	Porto Olímpico
Pilastras do Profeta Gentileza	Painéis/Pinturas	Porto Olímpico
Galpão Aplauso	Cinema/Teatro/Espetáculos	Porto Olímpico

Fonte: CDURP, Região Portuária: uma proposta de divisão em núcleos, julho de 2011.

As principais características dos núcleos da Zona Portuária são apresentadas a seguir:

Núcleo Praça Mauá – Próximo do Terminal de Cruzeiros do Porto do Rio de Janeiro (passageiros de transatlânticos), caracteriza-se pela forte presença de imóveis preservados (armazéns e sobrados), alta densidade de prédios institucionais e por equipamentos comerciais e de serviços de diversos portes.

Núcleo Nova Rua Larga (Avenida Marechal Floriano) - Núcleo de ocupação consolidada, onde se localizam grandes edifícios institucionais (Embratel, IPERJ, Eletrobrás, Faculdades, sede do IPHAN, Banco Central) centros culturais (Itamaraty, Light, o Centro de Referência da Educação no Rio de Janeiro localizado na antiga Escola Rivadávia Corrêa). Apresenta intensa atividade de bancos de varejo, lojas comerciais com especialização em material eletrônico e ferramentas, restaurantes de bom padrão (Rua Teófilo Ottoni), a igreja histórica de Santa Luzia e o famoso Beco da Sardinha (Rua Miguel Couto).

Núcleo Senador Pompeu - O núcleo se caracteriza por vias estreitas e degradadas, com grande parte dos imóveis deteriorados, abrigando depósitos ou outros usos irregulares. O comércio é de pequeno porte e atendimento local. Localiza-se ali o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle.

Núcleo Morros da Providência e Livramento - núcleo predominantemente residencial com concentração de habitações de baixa renda, na sua maioria, localizadas no Morro da Providência, onde existe um pequeno comércio de caráter essencialmente local.

Núcleo Saúde – caracterizado pela expressiva concentração de armazéns e outras instituições, como o Hospital dos Servidores e a Fundação Darcy Vargas. Conjunto arquitetônico importante e preservado que abriga o complexo do Moinho

Fluminense, sobrados e casas do Morro da Saúde. Apresenta um comércio de pequeno e médio porte.

Núcleo Gamboa – a região corresponde à antiga enseada da Gamboa, aterrada para dar lugar às instalações do Porto do Rio, predominando terrenos de grandes dimensões. Na parte central destaca-se a Cidade do Samba, a Vila Olímpica da Gamboa e históricos Galpões Ferroviários (entre a Vila Olímpica e a Cidade do Samba).

Núcleo Santo Cristo – caracteriza-se pela alta acessibilidade e rotatividade, abrigando a Rodoviária Novo Rio, onde existe um vigoroso comércio de ambulantes.

Núcleo Morro do Pinto - predominantemente residencial, com casas e pequenos edifícios, ruas carroçáveis e dotadas de alguns serviços urbanos e comércio de pequeno e médio porte para atendimento local.

Núcleo Linha Férrea – a área é ocupada pelas linhas férreas da Supervia e do Metrô. A região em torno à Central é degradada, de urbanização precária, porém dotada de importantes terminais de transporte público como trens, metrô e ônibus. Há muitos vendedores ambulantes espalhados em torno de todos os terminais

Núcleo Porto Olímpico - área que abriga grandes imóveis (terrenos vazios e galpões em sua maioria) principalmente de propriedade pública, situados entre as principais vias de acesso ao Centro, às Zonas Sul e Norte, aos subúrbios e Região Metropolitana,

Com base nesses dados verifica-se que a Região Portuária caracteriza-se pela presença de numerosos espaços construídos com forte conteúdo histórico, social e cultural, testemunhos de uma época em que a área era o centro econômico e polarizador da capital do império e da república. A partir dos anos 1960, a decadência da atividade portuária provocou a transferência de

investimentos públicos para outras áreas da cidade e o esvaziamento econômico e populacional dos bairros da Região Portuária. Atualmente a área se caracteriza pela presença de grandes terrenos vazios e galpões ociosos, ruas quase sem calçadas, moradias em estado precário, iluminação pública deficiente, grandes avenidas com tráfego pesado e desconexão econômica e social com o restante da cidade. A existência de grandes áreas vazias e estruturas ociosas conferem à área um expressivo potencial de renovação imobiliária.

A escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil tornaram viável a retomada de antiga proposta de revitalização urbana da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, através do Programa Porto Maravilha (vide item IV.2.3), o que pode transformá-la em um pólo turístico e de investimento empresarial nos diversos setores.

Área de Influência Direta

O Caju, integrante da Área de Influência Direta do empreendimento e único bairro da Zona Portuária não contemplado nas iniciativas de revitalização urbana no Projeto Porto Maravilha, era, ao final do período colonial, área de lazer das classes mais favorecidas da cidade e local de banhos de mar terapêuticos. Existem relatos (PCRJ, 2008) de que por volta do ano de 1817 a família Tavares Guerra, que mantinha relações com a família real, teria oferecido uma unidade doméstica à D. João VI, que a transformou na *Casa da Praia do Caju*, ou como é chamada, a *Casa de Banhos de D. João VI* (Figura V.3-10).



Figura V.3-10 – Casa de Banho de D. João VI, no bairro do Caju.

A Casa de Banho D. João VI abriga atualmente o *Museu da Limpeza Urbana*, sob administração da Companhia de Limpeza Urbana - Comlurb. A casa foi projetada para servir como local de pesquisa, preservação e comunicação, e é utilizada para a realização de exposições e atividades culturais desenvolvidas principalmente sobre o tema da limpeza urbana, além de divulgar o trabalho e a história da Comlurb.

Esse espaço e a Casa do Trem junto ao Arsenal de Guerra do Rio – Arsenal D. João VI, constituem-se nos únicos atrativos turísticos e culturais do bairro.

A ausência de atrativos naturais, a precariedade de infraestrutura urbana, a distância em relação ao centro histórico da cidade e a desconexão com os outros bairros da Zona Portuária (Santo Cristo, Gamboa e Saúde), tendo em vista que a ligação com os mesmos se dá pela área do Porto do Rio de Janeiro e pelo início da Av. Brasil, são fatores restritivos ao desenvolvimento da atividade turística no bairro do Caju (Barroso, 2008, p. 59). Essa localização rompe a ligação entre os bairros da Zona Portuária à altura do Terminal Rodoviário Novo Rio. Um fato que reforça esta condição é a exclusão do bairro no processo de revitalização urbana do Projeto Porto Maravilha, sendo beneficiado apenas pelos projetos de melhoria dos acessos viários ao bairro, como o Novo Acesso ao Porto do Rio de Janeiro e a Avenida Portuária.

O Caju conta com um comércio de caráter local, composto basicamente por estabelecimentos de pequeno e médio porte (mercados, bares, padarias) que atendem à comunidade local. De acordo com dados do jornal comunitário *Bairro*

do Caju, no centro do bairro estão presentes os estabelecimentos comerciais identificados no Quadro V.3-35.

Quadro V.3-35 – Estabelecimentos comerciais no centro do bairro do Caju.

Tipo de estabelecimento	Nº
Banco	1
Correio	1
Ponto de Táxi	1
Ponto do Moto Taxi	1
Lotérica	1
Quiosques	8
Padarias	2
Borracheiros	4
Chaveiro	1
Mini Mercado	2
Mecânica de Auto	3
Bares	3
Restaurantes	2
Eletroeletrônico	1
Loja de ferragens	2
Armarinho ou papelaria	2
Barbeiro	1
Sapataria	1
Lanchonetes	2
Farmácia	1
Peixaria	1
Salão de beleza	1
Lan house	1
Locadoras	2
Academia	1

Fonte: Jornal Bairro do Caju.

V.3.8 - Patrimônio Arqueológico e Cultural

Apresentação

Em atenção às Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, conforme disposto nos Termos de Referência em Arqueologia, foi elaborado o Diagnóstico Arqueológico com base em vistoria de campo ao longo da área

prevista para ampliação do cais para *supply-boats*, às margens do Canal do Fundão e em área do empreendimento junto ao Porto do Rio de Janeiro, RJ.

Esta vistoria arqueológica foi executada como requisito parcial para obtenção de licenciamento ambiental do empreendimento, sendo encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em sua 6ª Superintendência Regional (6ª SR/ IPHAN).

A presente vistoria e diagnóstico visa atender as demandas de proteção e valorização do Patrimônio Arqueológico Nacional. Esta primeira etapa de trabalho objetivou a identificação do potencial arqueológico, histórico e cultural do local especificado acima, bem como recomendar e orientar da melhor forma possível a inclusão da arqueologia e a valorização do patrimônio arqueológico e cultural local nas fases seguintes de execução do empreendimento.

Para a execução das atividades previstas nesta vistoria, procedeu-se de acordo com as orientações e recomendações do IPHAN, assim como se utilizou de metodologia e rigor científico na realização das seguintes atividades:

- Levantamento criterioso de fontes secundárias relacionadas ao local e a região onde o empreendimento está inserido;
- Levantamento criterioso e exaustivo dos dados secundários com o objetivo de elaborar uma contextualização arqueológica e etno-histórica da região;
- Levantamento de campo nas áreas de influência direta e indireta da área a ser futuramente impactada na execução do projeto,
- Entrevistas com os moradores e trabalhadores locais, com o objetivo de colher informações sobre a identificação e localização de prováveis sítios arqueológicos.

Esta pesquisa atende as orientações da Portaria SPHAN nº 007/88, que regulamenta e instrumentaliza a forma de execução das pesquisas arqueológicas em território nacional; a Lei Federal nº 3.924/61, sobre a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro; as recomendações da Portaria IPHAN nº. 230/02; assim como atende ao Decreto Municipal nº 22.872, de 07/05/2003, que cria a

obrigatoriedade da pesquisa arqueológica no caso de obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo poder público municipal, direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico.

A área de influência direta (AID) do empreendimento, para fins arqueológicos, é entendida como a área a ser ampliada e aterrada no cais para *supply-boats*, às margens do Canal do Fundão, ou seja, a área de implantação física do empreendimento. Esta área foi vistoriada e teve sua área seca prospectada assim como as margens do Canal do Fundão, a varredura da superfície do solo deu-se em sua totalidade, sem interferência em subsuperfície. Como área de influência indireta (AI) do empreendimento foi considerado o município do Rio de Janeiro, em especial a área do atual bairro do Caju.

Sítios arqueológicos históricos e pré-históricos

A pesquisa no banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) revelou a existência de 109 registros de sítios arqueológicos no município do Rio de Janeiro que se referem exclusivamente à pré-história. Acrescenta-se o estudo dos sítios arqueológicos referentes ao campo da arqueologia histórica, que pode ser entendida como uma arqueologia que busca dar conta de processos históricos e as manifestações materiais da cultura num período entre os séculos XVI ao XX.

Assim a arqueologia histórica inclui todos os trabalhos realizados em igrejas, capelas, unidades domésticas, lixeiras, engenhos e fazendas, cemitérios, taperas, etc. Os registros de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos no município do Rio de Janeiro encontram-se na Quadro V.3-36.

Quadro V.3-36 - *Registros de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos no município do Rio de Janeiro.*

No. CNSA	Nome do Sítio	Município / UF
RJ00172	Sambaqui do Poço das Pedras	Rio de Janeiro
RJ00173	Sambaqui da Estação Rádio-Receptora II	Rio de Janeiro
RJ00174	Sambaqui da Estação Rádio-Receptora I	Rio de Janeiro
RJ00175	Sambaqui da Estação Rádio-Receptora III	Rio de Janeiro
RJ00176	Capão do Surucaí	Rio de Janeiro
RJ00177	Capão da Benta	Rio de Janeiro
RJ00178	Sambaqui do Atolador	Rio de Janeiro

Quadro V.3-36 - Registros de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos no município do Rio de Janeiro.

No. CNSA	Nome do Sítio	Município / UF
RJ00179	Sambaqui Cabeça do Índio I	Rio de Janeiro
RJ00180	Sambaqui do Caminho do Cajazeiro	Rio de Janeiro
RJ00181	Sambaqui da Cabeça do Índio II	Rio de Janeiro
RJ00182	Sítio Triunfo II	Rio de Janeiro
RJ00183	Milagres	Rio de Janeiro
RJ00184	Sítio do Rangel	Rio de Janeiro
RJ00185	Gruta da Fundação	Rio de Janeiro
RJ00186	Sambaqui do Canal	Rio de Janeiro
RJ00187	Sambaqui do Curral das Pedras	Rio de Janeiro
RJ00188	Ilha da Marambaia	Rio de Janeiro
RJ00189	Beira da Estrada	Rio de Janeiro
RJ00190	Cemitério da Capela de Nossa Senhora do Desterro	Rio de Janeiro
RJ00191	Sambaqui do Aterro da Pedra	Rio de Janeiro
RJ00192	Sambaqui do Telégrafo	Rio de Janeiro
RJ00193	Casa Rural de Guaratiba	Rio de Janeiro
RJ00194	Vale do Mosquito	Rio de Janeiro
RJ00195	Caetés	Rio de Janeiro
RJ00196	Sítio da Caveira	Rio de Janeiro
RJ00197	Sítio Arqueológico do Ipiranga	Rio de Janeiro
RJ00198	Sítio Cerâmico da Ponta do Marinheiro	Rio de Janeiro
RJ00199	Sítio do Motel	Rio de Janeiro
RJ00200	Sítio do Marco	Rio de Janeiro
RJ00201	Sambaqui do Aterro da Pedra	Rio de Janeiro
RJ00202	Capão da Bananeira	Rio de Janeiro
RJ00203	Sambaqui da Embratel	Rio de Janeiro
RJ00204	Antigo Cais da Praça XV	Rio de Janeiro
RJ00205	Paço Imperial	Rio de Janeiro
RJ00206	Aqueduto da Carioca	Rio de Janeiro
RJ00207	Sítio "Casa dos Pilões"	Rio de Janeiro
RJ00208	Metropolitano do Rio de Janeiro - Estação Largo da Carioca	Rio de Janeiro
RJ00209	Vale do Elefante	Rio de Janeiro
RJ00210	Metropolitano do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
RJ00211	Metropolitano do Rio de Janeiro - Estação Central do Brasil	Rio de Janeiro
RJ00212	Ilha de Villegagnon	Rio de Janeiro
RJ00213	Aldeamento Tupi da Tropa de Reforço	Rio de Janeiro
RJ00214	Aldeia Tupi do Centro de Instrução	Rio de Janeiro
RJ00215	Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisas da Marinha	Rio de Janeiro
RJ00216	Casa do Trem	Rio de Janeiro
RJ00217	Antigo Aldeamento Tupi-Guarani	Rio de Janeiro
RJ00218	Sítio Arqueológico do Jequiá	Rio de Janeiro
RJ00219	Sítio Arqueológico Morro das Pixunas	Rio de Janeiro
RJ00220	Sítio Arqueológico Morro da Viúva	Rio de Janeiro
RJ00221	Sítio Arqueológico de Manguinhos	Rio de Janeiro
RJ00222	Sambaqui Capão da Bananeira	Rio de Janeiro
RJ00223	Sambaqui do Capão do Gentio	Rio de Janeiro
RJ00224	Sambaqui do Piracão	Rio de Janeiro
RJ00225	Sambaqui do Capão do Pau Ferro	Rio de Janeiro
RJ00226	Sambaqui do Piaí	Rio de Janeiro
RJ00227	Sambaqui da Panela do Pai João	Rio de Janeiro
RJ00228	Sambaqui do Meio	Rio de Janeiro

Quadro V.3-36 - Registros de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos no município do Rio de Janeiro.

No. CNSA	Nome do Sítio	Município / UF
RJ00229	Sambaqui do Piraquê	Rio de Janeiro
RJ00230	Sambaqui das Piteiras	Rio de Janeiro
RJ00231	Sambaqui Porto do Teixeira	Rio de Janeiro
RJ00232	Sambaqui da Praia do Malhador	Rio de Janeiro
RJ00233	Sambaqui Porto das Pitangueiras	Rio de Janeiro
RJ00234	Sambaqui do Posto 5	Rio de Janeiro
RJ00235	Sambaqui do Vaso	Rio de Janeiro
RJ00236	Sambaqui de Telles	Rio de Janeiro
RJ00237	Sambaqui de Vila Mar	Rio de Janeiro
RJ00238	Sambaqui do Zé Espinho	Rio de Janeiro
RJ00239	Sambaqui do Cerâmio	Rio de Janeiro
RJ00240	Sambaqui Casqueiro de Araçatiba	Rio de Janeiro
RJ00241	Sambaqui do Capaõzinho	Rio de Janeiro
RJ00242	Sambaqui da Matriz	Rio de Janeiro
RJ00243	Sambaqui do Porto da Cinza	Rio de Janeiro
RJ00244	Metropolitano do Rio de Janeiro - Estação Glória	Rio de Janeiro
RJ00245	Engenho da Pedra	Rio de Janeiro
RJ00246	Sítio São Tomé	Rio de Janeiro
RJ00247	Sambaqui das Pixunas	Rio de Janeiro
RJ00248	Sociedade Amante da Instrução	Rio de Janeiro
RJ00249	Jardim das Princesas	Rio de Janeiro
RJ00250	Itapuca	Rio de Janeiro
RJ00251	Sítio Fazenda do Viegas	Rio de Janeiro
RJ00252	A Fazenda	Rio de Janeiro
RJ00253	Sítio da Bica	Rio de Janeiro
RJ00254	Sambaqui da Lagoa de Marapendi	Rio de Janeiro
RJ00255	Sítio do Recreio dos Bandeirantes	Rio de Janeiro
RJ00256	Água Mineral Santa Cruz	Rio de Janeiro
RJ00257	Sambaqui da Praia do Espinheiro	Rio de Janeiro
RJ00258	Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha	Rio de Janeiro
RJ00499	Aldeamento Tupiguarani São José	Rio de Janeiro
RJ00500	Dunas Conchíferas da OSA	Rio de Janeiro
RJ00501	Parque Nacional da Tijuca	Rio de Janeiro
RJ00502	Ruína da Igreja de Inhomirim	Rio de Janeiro
RJ00503	Sambaqui Brocoió	Rio de Janeiro
RJ00504	Sambaqui Caminho da Guarda	Rio de Janeiro
RJ00505	Sambaqui Lagoa Rodrigo de Freitas	Rio de Janeiro
RJ00506	Sambaqui de Paquetá	Rio de Janeiro
RJ00507	Sambaqui Ponta dos Marinheiros	Rio de Janeiro
RJ00508	Sítio Abacateiro	Rio de Janeiro
RJ00509	Sítio do Cajú	Rio de Janeiro
RJ00510	Sítio Cerâmico	Rio de Janeiro
RJ00511	Sítio Curupira	Rio de Janeiro
RJ00512	Sítio Engenho Velho	Rio de Janeiro
RJ00513	Sítio do Gentio	Rio de Janeiro
RJ00514	Sítio Ilha do Tatu	Rio de Janeiro
RJ00515	Sítio Itaipu	Rio de Janeiro
RJ00516	Sítio Triunfo I	Rio de Janeiro
RJ00542	Rochedo	Rio de Janeiro
RJ00605	São Francisco da Prainha	Rio de Janeiro

Quadro V.3-36 - Registros de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos no município do Rio de Janeiro.

No. CNSA	Nome do Sítio	Município / UF
RJ00606	Sítio Cerâmico Oleoduto Ilha D'agua	Rio de Janeiro
	Laboratório Pirotécnico – Forte do Campinho	Rio de Janeiro
RJ00632	Ruínas das Feitorias dos Jesuítas	Rio de Janeiro

Levantamento de bens tombados

Tendo como base de dados o Guia do Patrimônio Cultural Carioca - Bens Tombados 2008, editado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, verificaram-se as seguintes ocorrências para o bairro do Caju, diretamente afetado pelo empreendimento (Quadro V.3-37).

Quadro V.3-37 - Lista de bens tombados na Área de Influência Direta.

Caju
Casa da Praia do caju (Casa de Banhos de D. João VI) – Praia do Caju nº 115. Tombamento Federal em 20/04/1938, Livro Histórico, Vol 1, inscrição 17, Livro de Belas-Artes, Vol. 1, inscrição 38.
Casas da Vila São Lázaro - Rua da Indústria nº 18 e Rua Mestre Camargo nº 3. Decreto Municipal nº 14.464/ 1995, de 20/12/1995.
Pinturas (55) e Escritos de Autoria de José Datrino (Profeta Gentileza) – Localizadas na estrutura do Viaduto do Caju. Decreto Municipal nº 19.188, de 27/11/2000.
Cidade Universitária
Igreja do Bom Jesus - Praça General Lamartine Tombamento Federal em 03/07/1964, Livro Histórico, Vol. 1, inscrição 372.

Contextualização e caracterização arqueológica

A pesquisa de gabinete que precedeu a verificação de campo objetivou coletar dados e informações para orientar os trabalhos em campo assim como auxiliar na elaboração do presente Relatório de Vistoria e Diagnóstico Arqueológico (RVA). Posteriormente, procedeu-se à leitura, interpretação e sistematização dos dados coletados, acrescentando-os com dados obtidos através

da Realização de Vistoria Arqueológica em campo, resultando na produção de documentação escrita e visual sistematizada.

Em relação ao levantamento criterioso e exaustivo dos dados secundários, teve-se como principal objetivo elaborar a contextualização arqueológica e etno-histórica da região compreendida pelo município do Rio de Janeiro, entendido aqui como área de influência indireta (AII) deste diagnóstico arqueológico, em especial a zona portuária do município.

As fontes consultadas para a elaboração do presente relatório referem-se de forma geral a documentos escritos e materiais, entendidos enquanto cultura material produzida pelo homem e para o seu uso.

Quanto à conceituação do campo arqueológico da região do Rio de Janeiro, destacamos que foram encontrados em pesquisas realizadas no município, testemunhos arqueológicos históricos e pré-históricos. Ressaltamos que nas atividades realizadas em campo durante este RVA não foram detectadas ocorrências arqueológicas, destacando-se assim os testemunhos relativos ao processo de ocupação histórica da região.

A arqueologia pré-histórica neste trabalho foi definida como sinônimo de pré-colonial, e a arqueologia colonial e pós-colonial como pertencentes ao campo da arqueologia histórica, sendo a primeira pertencente ao período entre o fim do século XV até a independência em 1822 e a segunda daí em diante.

No presente estudo de caso foram identificadas duas estruturas edificadas, portadoras de interesse para o patrimônio histórico e arqueológico. Trata-se de dois bens patrimoniais já protegidos e tombados, sendo um no bairro Caju, a Casa de Banho de D. João VI, tombamento federal em 20/04/1938, Livro Histórico, vol.1, inscrição 17; Livro Belas Artes, volume 1, inscrição nº 38. Este bem cultural pode ser também entendido como uma unidade doméstica¹, um sítio histórico que ajudou a dar forma à identidade cultural da cidade. O outro bem

¹ A unidade doméstica, segundo Symanski, pode ser definida enquanto "...um elemento de característica fixa no qual se distribuem elementos semifixos, cuja função primária é servir de abrigo para os elementos não fixos, que são as pessoas em suas atividades. Tais atividades, relacionadas sobretudo à alimentação, descanso e lazer, são na grande maioria das vezes, realizadas com o auxílio de elementos semifixos, sejam estes camas ou pratos." SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.p. 69.

tombado refere-se Igreja do Bom Jesus, localizada junto a Praça General Lamartine, na Cidade Universitária, tombamento federal em 03/07/1964, Livro Histórico, Volume 1, inscrição nº 372.

Portanto, trata-se aqui de um estudo de caso pertencente à esfera da Arqueologia Histórica, conforme exposto por Charles Orser. Corresponde ao *“estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”*.² Esta definição não pode ser aplicada a todos os contextos arqueológicos. Muitos dos trabalhos na área da Arqueologia Histórica referem-se a questões ligadas ao colonialismo, ao imperialismo, a temas históricos, culturais e sociais, como este presente estudo de caso.

Verificação arqueológica

Apresentam-se, a seguir, de forma descritiva as atividades realizadas em campo durante o diagnóstico e vistoria arqueológica, realizados em função da ampliação do cais para *supply-boats*, às margens do Canal do Fundão em área do empreendimento junto ao Porto do Rio de Janeiro, RJ. A estrutura do cais foi projetada para uma extensão de 428,20 m, conjugando-se com os dois sub trechos de cais já existentes.

Como área de influência direta (AID) do empreendimento, para fins arqueológicos, é considerada a área de efetiva instalação física do empreendimento. Estas áreas foram prospectadas superficialmente, sem interferência em subsuperfície, não apresentando em toda sua extensão nenhum testemunho de valor cultural significativo.

Para fins arqueológicos entende-se como área de influência indireta (AII) do empreendimento o município do Rio de Janeiro, em especial o bairro do Caju. As atividades de prospecção arqueológica orientaram-se segundo a metodologia de campo proposta por Bicho³, onde este considera a atividade de prospecção como

² ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.p. 23.

³ BICHO, Nuno F. *Manual de Arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 89 - 107.

dependente de fatores físicos e culturais. Os fatores culturais referem-se a questões relacionadas à natureza da formação do arqueólogo responsável pela atividade enquanto os fatores físicos estão ligados à abrangência do diagnóstico e das condições da área, como a densidade da cobertura vegetal, a acessibilidade, relevo e clima são fatores que também podem e devem ser considerados. Neste estudo de caso os fatores físicos colaboraram para o bom andamento da verificação de campo, os acessos à área de estudo deu-se através do terminal já existente.

Os objetivos desta vistoria arqueológica são dois: a preservação do patrimônio cultural em primeiro lugar e a detecção de novos sítios arqueológicos em segundo. Sendo assim, orientamos as atividades de prospecção através da variável geográfica ou natural, considerando os aspectos específicos do processo de desenvolvimento histórico e pré-histórico dos grupos humanos que habitaram a região, centrando esforços na localização destas ocupações pretéritas, em especial ocorrências ligadas a acampamentos litorâneos e sambaquis, entendidos como tipos de sítios com maior possibilidade de ocorrência na área em estudo.

Durante os trabalhos de campo a equipe de arqueologia buscou identificar na AID do empreendimento três grupos principais de elementos: artefatos, estruturas e solos (antrópicos), sendo estes considerados somente em superfície.

No grupo dos artefatos podemos incluir todos os objetos portáteis ou móveis que foram transformados ou manufaturados pela mão humana, bem como os vestígios decorrentes de sua produção⁴, nenhum vestígio ligado a este grupo foi diagnosticado. No grupo das estruturas incluem-se estruturas de habitat que foram construídas e que podem ser localizadas mais facilmente, ou podemos considerar como uma estrutura arqueológica um agrupamento de artefatos, desde que sua concentração forme uma unidade (como uma lixeira ou uma oficina lítica, por exemplo), não sendo identificada nenhuma estrutura durante a verificação de campo. Por fim, o grupo dos solos antropizados ou antropogênicos são importantes, porque indicam a existência de atividades humanas pretéritas, porém em áreas portuárias, densamente antropizadas, torna-se tarefa rara a detecção de elementos deste grupo. Genericamente os solos antropizados caracterizam-se

⁴ BICHO, Nuno F.Op. Cit. p. 93.

por apresentarem concentrações de produtos orgânicos nos solo, apresentando uma coloração escura, às vezes denominada de “terra preta de índio”.

Ao longo do desenvolvimento das atividades de verificação arqueológica em campo foram captados dois pontos com uso de GPS, apenas para fins de referência e localização das atividades de diagnóstico arqueológico. (conforme a Quadro V.3-38 e Figura V.3-11.

Quadro V.3-38 - Pontos e coordenadas em UTM, obtidos durante a vistoria arqueológica.

PONTO	COORDENADAS UTM 23 K	OBS.
1	0683368 7469715	Ponto de referência relativo à área de influência direta do empreendimento, praia.
2	0683575 7469981	Ponto de referência relativo à área de influência direta do empreendimento, cais existente.



Figura V.3-11 - Representação da localização da área de influência direta do estudo, pontos obtidos durante a atividade de vistoria e diagnóstico arqueológico da AID.

Apresentam-se, a seguir, as atividades realizadas em campo durante o diagnóstico e vistoria arqueológica nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento. A execução dos trabalhos de campo ocorreu entre os dias 10 e 11 de julho de 2011.

A primeira atividade consistiu em uma reunião de apresentação da equipe de Arqueologia na sede da CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S. A., onde foi feito reconhecimento cartográfico da área de influência direta do empreendimento, esclarecimentos metodológicos e contatos operacionais e logísticos em relação à realização das atividades de pesquisa e prospecção arqueológica.

Procedeu-se à pesquisa histórica e cultural nas dependências do Instituto Pereira Passos e no Museu Nacional (UFRJ), atividade onde se destaca o acesso a bibliografias específicas a respeito da história local, em especial sobre o processo de ocupação da região portuária do Rio de Janeiro.

No dia 10/07/2011 deu-se o início das atividades de prospecção arqueológica, nas áreas de influência do empreendimento, compreendidas pelo bairro Caju, em especial em sua zona portuária (AII), e a área de influência direta do empreendimento.

Entre as atividades de levantamento cultural e paisagístico desenvolvidas no bairro Caju destacam-se os seguintes locais: a Casa de Banho de Dom João VI (bem tombado pelo IPHAN) e a Casa do Trem junto ao Arsenal de Guerra do Rio – Arsenal D. João VI.



Figura V.3-12 – Casa do Trem (datada de 1762, conforme inscrição na fachada do prédio) / Arsenal D. João VI – Caju em 10/07/11.



Figura V.3-13 – Casa de Banho de D. João VI, bem tombado pelo IPHAN – All do empreendimento, bairro Caju, Praia do Caju nº 385, 10/07/11.

Em relação à Casa da Praia do Caju ou como é chamada a Casa de Banhos de D. João VI, têm-se informações de que por volta do ano de 1817 a família Tavares Guerra, que mantinha relações com a família real, teria oferecido a unidade doméstica como ponto de apoio a D. João VI para seus banhos terapêuticos de mar⁵.

Atualmente a Casa de Banho D. João VI abriga o Museu da Limpeza Urbana, sendo restaurada e administrada pela Comlurb. A casa foi projetada para servir como local de pesquisa, preservação e comunicação. As exposições e atividades culturais desenvolvidas no local trabalham com conceitos de memória e saúde, em especial com o tema da limpeza urbana e do trabalho e história da Comlurb.

Destaca-se a valorização do espaço como um dos poucos locais destinados ao desenvolvimento de atividades educativas e culturais, áreas com muita carência de iniciativa no bairro, auxiliando na medida do possível no resgate e na manutenção da memória do bairro Caju e da cidade do Rio de Janeiro como um todo.

⁵ Prefeitura da Cidade do Rio. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados* 2008. p 48.

Outro local de interesse histórico e cultural da área de influência indireta refere-se à Igreja do Bom Jesus localizada na Praça General Lamartine, na Cidade Universitária. Esta igreja pode ser vista da AID do empreendimento na margem oposta ao local das obras dos cais. Trata-se de uma edificação construída pelos padres franciscanos no início do século XVIII, em estilo barroco⁶.

Após a realização da prospecção arqueológica nas áreas de influência indireta do empreendimento, a equipe de arqueologia deslocou-se até a área de influência direta. Foi feito o reconhecimento da área através de caminhada orientada sistemática com varredura de superfície do solo, não interventiva em sub-superfície; no local foram obtidos registros escritos, fotográficos e filmicos. A atividade prospectiva não revelou ocorrência de cultura material arqueológica na AID do empreendimento, assim como também não foram diagnosticados bens de valor histórico e cultural na área e nem em seu entorno imediato. Observou-se apenas acúmulo de lixo recente às margens do Canal do Fundão, na área prevista para as obras.



Figura V.3-14 – Vista geral da área portuária, Ponta do Caju, Baía de Guanabara, Rio de Janeiro.

⁶ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados* 2008. p 114.

A atividade de verificação arqueológica realizou-se através de linhas de caminhamento sistemático orientadas na área de influência direta, através de transectos entre os pontos de GPS 1 e 2, que corresponde as duas extremidades do cais hoje existente, seguindo uma reta paralela ao Canal do Fundão, contornando as frações da AID a serem aterradas para a ampliação do cais. Durante a varredura de superfície do terreno em sua área de superfície seca não houve ocorrência de cultura material de valor arqueológico.



Figura V.3-15 – Atividade de Prospecção Arqueológica, vista geral da área em estudo – cais existente a partir do ponto 1, em 11/07/11.



Figura V.3-16 – Atividade de Prospecção Arqueológica, vista geral da área em estudo – cais existente a partir do ponto 2, em 11/07/11.



Figura V.3-17 – Atividade de Prospecção Arqueológica da AID, Transecto 1, em 11/07/11.

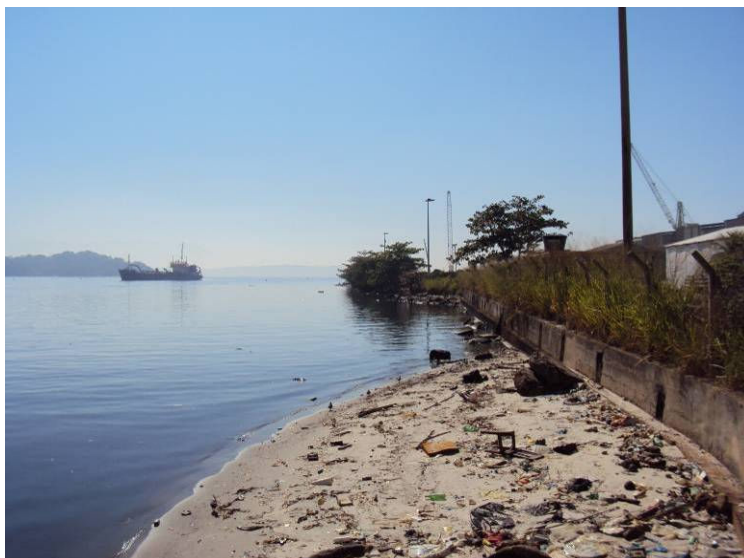


Figura V.3-18 – Vista geral da área de influência direta AID, área a ser aterrada durante o prolongamento de 428,2 m do cais, Ponto 1 em 11/07/11.

As boas condições climáticas e de acesso à AID ajudaram no andamento da atividade de prospecção arqueológica, resultando em uma leitura completa da superfície do solo, que basicamente caracteriza-se por área aterrada, com superfície coberta por estruturas de cais em concreto nas extremidades do terreno. Entre os pontos de GPS 1 e 2, temos uma pequena área de praia que será aterrada, neste local observa-se o acumulo de lixo recente que é ali depositado pela maré.

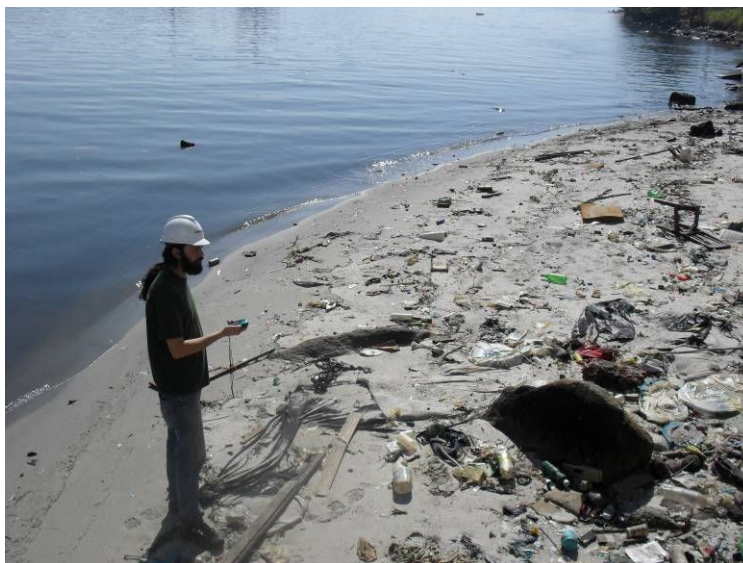


Figura V.3-19 – Equipe de arqueologia durante a atividade de prospecção da AID, no detalhe: obtenção do ponto de GPS 1. Em 11/07/11.



Figura V.3-20 – Equipe de arqueologia durante a atividade de prospecção da AID, no detalhe: acumulo de lixo recente, ponto de GPS 1. Em 11/07/11.



Figura V.3-21 – Equipe de arqueologia durante a atividade de prospecção da AID, no detalhe: obtenção do ponto de GPS 2. Em 11/07/11.



Figura V.3-22 – Vista da AID, no detalhe: acumulo de lixo recente, entre os pontos de GPS 1 e 2. Em 11/07/11.



Figura V.3-23 – Vista da AID, no detalhe: acúmulo de lixo recente, ponto de GPS 2. Em 11/07/11.

Considerando a totalidade da área vistoriada conclui-se que até o presente momento não existem testemunhos materiais de significação arqueológica ou histórica, não apresentando nenhum indício de ocupação humana pretérita. Os únicos testemunhos materiais encontrados na área referem-se ao uso atual do terreno: as estruturas do cais e pavilhões em construção.

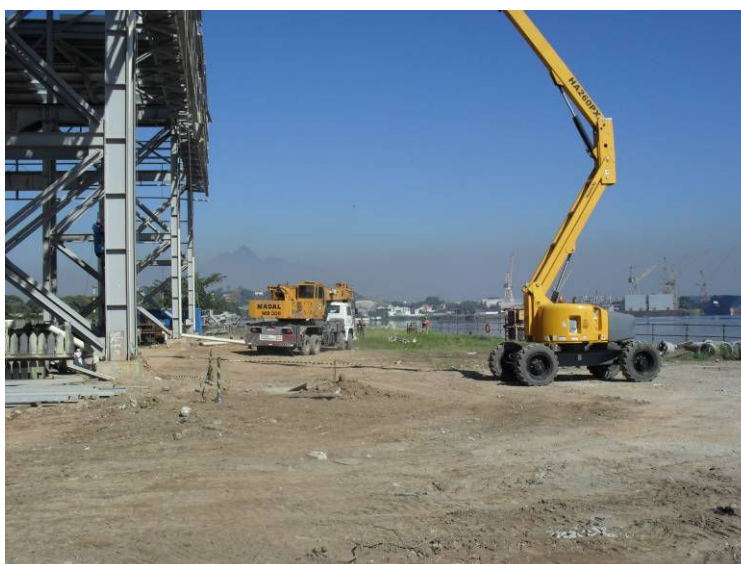


Figura V.3-24 – Atividade de prospecção da AID, no detalhe: construção de pavilhões em área ao lado do ponto de GPS 1. Em 11/07/11.



Figura V.3-25 – Equipe de arqueologia durante a atividade de prospecção da AID, no detalhe: ao fundo na margem oposta ao cais vê-se a Igreja do Bom Jesus. Em 11/07/11.

Considerações Finais sobre o Patrimônio Arqueológico e Cultural

A partir do conteúdo apresentado resultado da atividade de verificação e diagnóstico arqueológico das áreas de influência do empreendimento referente ao prolongamento em 428,2 metros do cais atual da Briclog, constatou-se que na área de influência direta do empreendimento não houve ocorrência de cultura material arqueológica, ou a identificação de bens de valor histórico, cultural ou paisagístico. Todas as ocorrências de cultura material registradas durante a presente vistoria estão situadas na área de influência indireta do empreendimento, que possuem ao menos três locais de interesse patrimonial e histórico, sendo eles: a Casa de Banho de D. João VI, a Casa do Trem e a Igreja do Bom Jesus.

A maior fração das áreas a serem diretamente afetadas pelas obras será aterrada, uma vez que se constituem basicamente de áreas hoje submersas da baía. Devido à ausência de evidências arqueológicas na área do

empreendimento, acredita-se que não haja necessidade de desenvolvimento de atividades interventivas em sub-superfície antes do início das obras de engenharia uma vez que o empreendimento não apresenta, até o presente momento, nenhum risco ao Patrimônio Cultural.

A necessidade de execução de atividades de acompanhamento arqueológico das ações do empreendimento, atividades de educação patrimonial e o possível monitoramento arqueológico das obras, resultantes da fase de implantação do empreendimento, ficam a critério do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), necessitando de projeto e consequente avaliação e aprovação por parte do mesmo Instituto.

Lembramos que neste trabalho técnico a equipe de arqueologia limitou-se apenas a diagnosticar o potencial arqueológico das áreas de influência do empreendimento e sugerir da melhor forma possível, ações de efetiva proteção e valorização do patrimônio arqueológico.